



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MODALIDADE
PROFISSIONAL - PPGE/MP**

RAQUEL DA SILVA RIBEIRO

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: LIMITES E POSSIBILIDADES
PARA FORMAÇÃO DE UMA REDE DE ATENDIMENTO DOS ESTUDANTES EM
SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA NA UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA**

BRASÍLIA

2020

RAQUEL DA SILVA RIBEIRO

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: LIMITES E POSSIBILIDADES
PARA FORMAÇÃO DE UMA REDE DE ATENDIMENTO DOS ESTUDANTES EM
SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA NA UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso por Publicação no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação na Modalidade Profissional - PPGE/MP da Faculdade de Educação - FE da Universidade de Brasília - UnB como requisito à obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Olgamir de Carvalho

BRASÍLIA

2020

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Dp

DA SILVA RIBEIRO, RAQUEL
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: LIMITES E
POSSIBILIDADES PARA FORMAÇÃO DE UMA REDE DE ATENDIMENTO DOS
ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA NA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA / RAQUEL DA SILVA RIBEIRO;
orientador OLGAMIR CARVALHO. -- Brasília, 2020.
71 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Educação)
-- Universidade de Brasília, 2020.

1. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. 2. EDUCAÇÃO. 3.
INTERSETORIALIDADE. 4. REDE. I. CARVALHO, OLGAMIR, orient.
II. Título.

RAQUEL DA SILVA RIBEIRO

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: LIMITES E POSSIBILIDADES
PARA FORMAÇÃO DE UMA REDE DE ATENDIMENTO DOS ESTUDANTES EM
SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA NA UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso por Publicação a ser submetido à defesa no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação na Modalidade Profissional - PPGE/MP da Faculdade de Educação - FE da Universidade de Brasília - UnB como requisito à obtenção de título de Mestre em Educação.

BANCA DE DEFESA

Prof.^a Dr.^a Olgamir de Carvalho
(Orientadora: FE/UnB)

Prof. Dr.^a Bernardo Kipnis
(Membro Interno: FE/UnB)

Dr.^a Caetana Rezende
(Membro Externo: ENAP)

Prof.^a Dr.^a Francisco José Rengifo-Herrera
(Suplente: FE/UnB)

Brasília, março de 2020.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por seu meu guiador e protetor

À minha família, pais, irmãos, cunhadas, sobrinha por serem meu porto seguro sempre

À minha colega de trabalho e amiga Flávia, por ter vivido junto comigo todo o processo até a conclusão do trabalho, parceira que viveu junto os desesperos e momentos de angústias, contribuindo com ideias e enlouquecendo junto. Alcançamos juntas essa conquista

À minha orientadora por toda paciência e suporte que deu durante o processo de construção e finalização do trabalho

A todos da equipe de trabalho da DDS, que trabalha diariamente para executar a Política de Assistência Estudantil com todo o carinho e engajamento

Agradeço especialmente às colegas Etiene e Simone, por terem contribuído com ideias e indicação de textos para aprimoramento na fase final do trabalho. E também à Dani por compartilhar os mesmos desabafos durante o curso

À minha amiga/irmã Amanda, com toda a paciência e empatia para ouvir as minhas inquietações. Parceria de todas as horas e para toda a vida, presente que a UnB me deu.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso por Publicação, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Modalidade Profissional - PPGE/MP da Faculdade de Educação - FE da Universidade de Brasília – UnB, teve a finalidade de investigar a possibilidade de articulação em rede do atendimento ao estudante participante da política de assistência estudantil na Universidade. O pressuposto da referida política é de que este estudante está inserido em um contexto de desigualdade e de exclusão social, e que traz consigo demandas de diversas naturezas que impactam diretamente na sua permanência e diplomação. Para se chegar aos resultados pretendidos, optou-se por uma abordagem metodológica baseada na pesquisa qualitativa, utilizando como instrumento de coleta de dados a entrevista semi-estruturada. Os resultados alcançados permitiram captar, na percepção dos gestores, a dinâmica das relações que se estabelecem entre eles, identificando alguns limites e possibilidades para a formação de uma rede de atendimento ao estudante da assistência estudantil. Como materialização dos achados da pesquisa foi apresentada uma proposta baseada na integralização das ações já existentes, buscando a formação de uma rede. Desse modo, o estudo analisou a política de assistência estudantil na universidade e propôs melhorias na qualidade do atendimento que é oferecido ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica dentro do contexto universitário, mediante uma proposta de articulação em rede.

Palavras-chave: Política Social. Política de Educação Superior. Política de Assistência Estudantil; Rede. Intersetorialidade.

ABSTRACT

The present course conclusion work, linked to the Postgraduate Program in Education in Professional Modality - PPGE / MP of the Faculty of Education - FE of the University of Brasilia - UnB, had the purpose of investigating the possibility of articulation in the service network to the student participating in the student assistance policy at the University. The assumption of said policy is that this student is inserted in a context of inequality and social exclusion, and that it brings with it demands of different natures that directly impact on his permanence and diplomacy. To arrive at the intended results, a methodological approach based on qualitative research was chosen, using semi-structured interviews as a data collection instrument. The results achieved allowed to capture, in the perception of the managers, the dynamics of the relationships that are established between them, identifying some limits and possibilities for the formation of a student assistance network for student assistance. As materialization of the research findings, a proposal was presented based on the integration of existing actions, seeking to form a network. Thus, the study analyzed the policy of student assistance at the university and proposed improvements in the quality of care that is offered to students in situations of socioeconomic vulnerability within the university context, through a proposal for networking.

Keywords: Social Policy. Higher Education Policy. Student Assistance Policy. Network. Intersectoriality.

LISTA DE SIGLAS

DAC	Decanato de Assuntos Comunitários
DDS	Diretoria de Desenvolvimento Social
DEG	Decanato de Ensino de Graduação
DIV	Diretoria da Diversidade
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPGE/MP	Programa de Pós-Graduação em Educação na Modalidade Profissional
PPNE	Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais
RU	Restaurante Universitário
REUNI	Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UnB	Universidade de Brasília

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

QUADRO 1 - GUIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Origem do estudo/justificativa	10
1.2	Problematização	14
1.3	Objetivos da pesquisa	16
1.3.1	Objetivo geral	16
1.3.2	Objetivos específicos	16
1.3.3	Notas metodológicas	17
2	ARTIGO 1 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O TRABALHO EM REDE: UM DEBATE NECESSÁRIO	20
2.1	Introdução	20
2.2	Política social e o espaço educacional	21
2.3	Política de educação: emancipação ou reprodução social.....	24
2.4	Intersetorialidade e o trabalho em rede: uma ação necessária	27
2.5	CONCLUSÃO	31
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32
3	ARTIGO 2 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA ANÁLISE SOBRE O FLUXO DE ATENDIMENTO DOS ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	36
3.1	Introdução	36
3.2	Percurso metodológico	40
3.3	Dos resultados da pesquisa.....	41
3.3.1	Necessidade de articulação com outros setores	42
3.3.2	Avaliação sobre a articulação entre setores.....	46
3.4	Dificuldades impactam no fluxo de atendimento	48
3.5	Proposições de melhorias voltadas para formação de uma rede.....	51
3.6	Conclusão.....	54
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
4	PRODUTO TÉCNICO: POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: POSSIBILIDADES PARA EFETIVAÇÃO DE UMA REDE	58
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
	REFERÊNCIAS COMPLETAS	66
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	70
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	71

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se insere na Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior e tem a finalidade de analisar a política de assistência estudantil na UnB e propor melhorias na qualidade do atendimento que é oferecido ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica dentro do contexto universitário. Tendo em vista esta finalidade, optou-se por estudar a temática da Política de Assistência Estudantil da UnB sob o viés da intersetorialidade e da articulação em rede dos setores que atendem os estudantes participantes dessa política.

1.1 Origem do estudo/justificativa

Trabalhar quase 10 anos como assistente social na Diretoria de Desenvolvimento Social/Decanato de Assuntos Comunitários (DDS/DAC) com os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que participam da Política de Assistência Estudantil da Universidade de Brasília permitiu levantar questionamentos acerca da estruturação e da dinâmica do atendimento ao estudante nos vários setores da universidade.

Esse trabalho sempre foi gratificante e desafiador, pois todos os profissionais da DDS/DAC estão em constante contato com a realidade vivida pelo estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e no cotidiano verificamos que as demandas trazidas por eles requerem uma intermediação com outros setores da universidade. Entretanto há uma percepção de que há uma falha na articulação desses setores, o que leva a ações isoladas.

A oportunidade de realizar um Mestrado Profissional me possibilitou a realização de mais um sonho, mais uma etapa no meu caminho profissional. É gratificante pensar nas mudanças que os resultados de uma dissertação de mestrado, produzida com o rigor de uma pesquisa social, trará para o meu aprimoramento intelectual e profissional, para o meu local de trabalho, para o público atendido e para a universidade como um todo. Trata-se, pois, de um desafio que contribuirá com a ruptura de uma lógica de atuação fragmentada, pois “nuestras aportaciones académicas también han de tomar en consideración los resultados alcanzados y, sobre todo, el impacto que éstos puedan generar

en términos de aprendizaje y mejora de la realidad política y social” (BRUGUÉ; CANAL; PAYA, 2015, p.86).

Dentre os objetivos do Mestrado Profissional previsto pela Portaria nº 389, de 23 de março de 2017 cita-se o de “capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho”. A experiência como profissional de serviço social tem explicitado a imensa importância da própria dimensão investigativa da profissão, sendo a pesquisa um elemento para a formação e competência profissional.

“Assim é que, no cumprimento das atribuições e competências socioprofissionais, há que se realizar permanentemente a pesquisa das condições e relações sob as quais o exercício profissional se realiza, dos objetos de intervenção, das condições e relações de vida, trabalho e resistência dos sujeitos sociais que recebem os serviços”. (GUERRA, 2009, p.03)

O Código de Ética do assistente social aponta como um dos seus princípios fundamentais o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”. As ações do assistente social sofrem impacto direto das lutas de classes existentes na sociedade, presentes também no campo da educação. O processo de alienação faz parte de nosso cotidiano pessoal e profissional, pois por mais que sejamos profissionais alinhados com uma teoria crítica e emancipadora estamos inseridos em um sistema capitalista, cuja lógica é a garantia de sua reprodução e nós como trabalhadores participamos diretamente desse processo de reprodução e alienação.

A dimensão investigativa é um desafio e uma tentativa de romper com a alienação presente no cotidiano e na prática profissional. Seu objetivo é modificar a realidade do espaço institucional, voltando o olhar para a totalidade que circunda o sujeito demandante da Política de Assistência Estudantil e rompendo com o fenômeno da fragmentação.

Guerra (2009) evidencia que a dimensão investigativa do trabalho do assistente social, através da pesquisa, possibilita o desenvolvimento de competências em três níveis: competências teórico-metodológicas, que circundam o trabalho do assistente

social são desenvolvidas através da pesquisa sólida e rigorosa no contexto das relações sociais, possibilitando captar a totalidade social; competências políticas, permitindo “compreender o significado social e político das demandas e respostas profissionais” (p.715) e as competências técnico-operativas, desenvolvendo a capacidade do profissional de “investigar as instituições, seus usuários, as demandas profissionais, os recursos institucionais, as agências financiadoras, o orçamento” (715). A realidade de trabalho se mostra desafiadora no seu cotidiano, carecendo de um profissional que domina as competências mencionadas pela autora, de modo a se manter atualizado, crítico.

A pesquisa se torna, portanto, um mecanismo de compreensão da realidade com base em seu significado social e político, permitindo uma intervenção prática na realidade. A dimensão investigativa torna possível um desvelamento das contradições expressas também no contexto universitário, possibilitando a construção de estratégias de seu enfrentamento fundamentada em propostas interventivas.

“Isto impõe aos/às assistentes sociais o desafio de sua elucidação numa perspectiva de totalidade, apreendendo na dinâmica contraditória dos processos societários de luta as particularidades da Política de Educação, não reduzindo aquela dimensão de sua inserção e atuação profissional aos procedimentos técnicos e operacionais que manuseia no cotidiano institucional” (CFESS, 2013, p.40)

E no caso da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) há um desafio cotidiano para seus profissionais de captarem os determinantes sociais para além da realidade e demandas apresentadas e vividas pelos estudantes que participam da Assistência Estudantil. Sua equipe é bastante diversificada contemplando profissionais de serviço social, pedagogia, psicologia, estatística, administração e secretariado, que desempenham, cada um na sua especificidade, papeis preponderantes no atendimento ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica e execução da Política de Assistência Estudantil e que mesmo com rotina intensa de trabalho prezam pelo bom atendimento e respeito ao seu público.

O serviço social tem como função precípua garantir direitos, então quando se fala em assistência estudantil, pode-se entender que a atuação profissional do assistente social está voltada a permitir que o estudante tenha ampliada suas condições de permanência na universidade através do acesso aos programas de assistência estudantil.

Ao afirmarem que o assistentes sociais atuam historicamente na campo das políticas públicas Miotto e Schutz (2011) enfatizam que no exercício profissional a intersectorialidade se faz presente. Isso se justifica pela perspectiva da totalidade social que embasa todo o trabalho do assistente social, guiando seu cotidiano e sua trajetória profissional, pois:

“no atendimento da população, o assistente social tem de fazer uma leitura das condições do usuário (incluem-se faixa etária, gênero etc) e uma leitura das possibilidades de atendimento da rede de serviços. Isso exige pensar nas necessidades sociais deste usuário como parte de uma totalidade social mais ampla. Supõe acessar a rede mais ampla de serviços, além dos quais o espaço sócio ocupacional, em que o profissional se insere”. (MIOTTO e SCHUTZ, 2011, p.21)

O ingresso nesses programas está condicionado a um processo de seleção semestral, cujo instrumento de análise é o estudo socioeconômico preenchido pelo estudante onde detalha os aspectos que compõem sua vida acadêmica, familiar e social. A equipe de assistentes sociais está em constante contato com o estudante e suas vulnerabilidades, captando a realidade para além do que está posto. E diante de uma realidade multifacetada, há uma necessidade constante de atuação em conjunto com outros profissionais dentro da DDS para garantir um atendimento integral.

E para, além disso, há momentos em que são identificadas demandas que ultrapassam os limites de atuação dos profissionais da DDS, necessitando uma atuação conjunta com outros setores. Essa realidade profissional e institucional corrobora o entendimento de Miotto e Schutz (2011, p. 21) ao dizerem que a “atuação do assistente social mobiliza uma série de recursos que exigem que o profissional ultrapasse os limites da setorialização e fragmentação dos serviços”, refletindo um desafio para a categoria profissional, tanto do assistente social quanto de outros profissionais de instituir uma atuação que vá além da setorialização, ou seja, rumo à intersectorialização, permitindo o alcance da totalidade que permeia o estudante.

Assim sendo, o mestrado profissional se mostra como um mecanismo de crescimento profissional e também de transformação social, tendo em vista a mudança na realidade a ser estudada, trazendo benefícios a todos os envolvidos na pesquisa, em especial aos estudantes participantes da Política de Assistência Estudantil.

1.2 Problematização

Ao pensar a Política de Assistência Estudantil e a dinâmica do atendimento dos estudantes que dela fazem parte é necessário tecer o debate que tenha por base uma análise transversal das políticas públicas pensadas e executadas por um Estado cuja essência está imersa por relações de poder em um espaço social cheio de contradições e desigualdades. Um meio para se compreender a realidade brasileira é a sua história, atrelada às raízes históricas do capitalismo e de seu desenvolvimento.

No campo da Educação percebe-se um movimento de conquistas e retrocessos nas políticas educacionais, assim como em outras políticas sociais, ao longo da história brasileira, marcada essencialmente por segregação social e invisibilidade da maior parte da população brasileira. A mesma realidade de exclusão, desigualdade e preconceito latente na sociedade se faz presente, entre outras, no contexto universitário. As questões de classe, de gênero, de cor e de orientação sexual permeiam as relações sociais existentes na universidade, aumentando a pressão já inerente a esse meio.

E com o objetivo de reduzir as desigualdades historicamente construídas é que se inscrevem as políticas de ações afirmativas no campo da educação superior, implementadas na última década no sentido de democratizar o acesso ao Ensino Superior, ampliando o acesso a grupos excluídos da educação. Foram introduzidos, nessa perspectiva, novos critérios para tentar minimizar as desigualdades inerentes aos processos seletivos para ingresso nas universidades públicas federais como os critérios de cor, etnia, renda, procedência acadêmica, deficiência.

Uma ação afirmativa nesse sentido foi a aprovação da Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, que garante a reserva de 50% das vagas das universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Outro exemplo que podemos citar é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, trazendo um grande impacto para a realidade das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES.

Segundo pesquisa realizada pela ANDIFES, a prevalência de estudantes brancos em 2003 (59,4%) não mais existe baixando para 43,3% em 2018. Já em relação à faixa de renda é interessante notar que mais da metade dos estudantes de graduação das IFES (53,3%) pertencem a famílias cuja renda per capita não ultrapassa 1,5 salário mínimo. Temos uma presença marcante nas universidades de uma população até então alijada do acesso ao ensino superior.

Iniciativas dessa natureza mudou o perfil dos estudantes universitários na última década, como pode ser observado pelo aumento da diversidade identificada pela presença de mais indígenas, negros, pessoas com deficiência, e estudantes de famílias de baixa renda.

Para além do ingresso, foi também necessário pensar em políticas que permitissem a permanência do estudante na universidade, e nesse sentido que foi instituído o Decreto Presidencial nº 7.234/2010, regulamentando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), cuja finalidade é “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal”. Estão previstas nesse programa ações estratégicas voltadas a atender necessidades diversas dos jovens que ingressam na universidade, principalmente daqueles oriundos de classe sociais populares, cuja renda per capita não ultrapassa 1,5 salário mínimo (BRASIL, 2010).

Entendemos que existam diversas ações executadas por diferentes setores na Universidade de Brasília que atendam a demandas específicas dos estudantes, mas para além de ações individualizadas é preciso salientar a importância de uma abordagem transversal e intersetorial das ações, pois o estudante está inserido em um contexto de contradições impostas pela sociedade capitalista, definida por Garcia Filice (2017, p.69) como sendo “excludente, racista, sexista, homofóbica e que ainda está pautada por um desenho eurocentrado, que privilegia os/as brancos de pele, em situações economicamente privilegiadas e, discursivamente, heterossexuais”.

Os fatores de discriminação, tais como classe, gênero, raça, orientação sexual, condição física estão entrelaçados e precisam ser abordados de modo conjunto, articulado, transversal, de modo a captar seu significado social. Um mesmo fator de discriminação pode aparecer isolado, mas também pode ser que apareçam juntos, como

fruto de uma sociedade de classes que marginalizou e excluiu ao longo da sua história, os negros, as mulheres (em especial as mulheres negras), as pessoas com deficiência, os índios, os homossexuais. Se já é difícil e desafiador a adaptação ao ambiente universitário, com todas as exigências que os jovens não estão preparados, imagina, por exemplo, para uma jovem negra, pobre e homossexual, que ingressa em um curso elitista e machista – certamente está muito mais propensa a sofrer discriminação dentro da universidade do que qualquer outra pessoa.

A problematização exposta permitiu o levantamento das seguintes indagações: como se dá o processo de articulação dos serviços ofertados aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Universidade de Brasília? Em que medida a instituição de uma rede com ações articuladas contribui para uma execução mais efetiva da política de assistência estudantil?

1.3 Objetivos da pesquisa

1.3.1 Objetivo geral

- Analisar, sob a ótica dos gestores, o processo de articulação de atendimento do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Universidade de Brasília

1.3.2 Objetivos específicos

- Analisar a Política de Assistência Estudantil no contexto da intersetorialidade nas políticas públicas e da concepção de rede;
- Mapear os serviços de atendimento disponíveis ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica da universidade e apresentar a dinâmica atual do processo de articulação entre os setores;
- Identificar a concepção de gestores envolvidos no processo de atendimento do estudante sobre a dinâmica atual do processo de articulação entre os setores, os entraves e as melhorias do trabalho existente;
- Propor uma rede de atendimento aos estudantes da assistência estudantil na UnB.

1.3.3 Notas metodológicas

Os objetivos da pesquisa pretendida só puderam ser alcançados após escolhidos adequadamente os procedimentos metodológicos. Tendo em vista o contexto apresentado e considerando os objetivos propostos, optou-se por uma abordagem qualitativa por captar o significado dos fenômenos sociais e que “apesar dos riscos e dificuldades que impõe, revela-se sempre um empreendimento profundamente instigante, agradável e desafiador” (DUARTE, 2002, p. 140).

Minayo (2010) discorre que é essencial na pesquisa qualitativa a interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados e que:

“O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os ‘atores’ que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social” (p.61).

O contexto universitário no qual se encontra o estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica reflete muitas vezes as desigualdades sociais próprias da luta de classes existentes na sociedade. Consideramos que a temática escolhida para ser estudada está inserida em um espaço contraditório, marcado por relações de dominação e de poder próprias do modo de produção capitalista. Nessa perspectiva, e sendo o mestrado profissional um espaço que propõe mudanças no modo de operacionalização das ações, entendemos ser a dialética um método de análise capaz de encontrar meios de mudanças e de superação do instituído, já que:

“Uma pesquisa deve responder sempre a um problema, seja teórico ou prático. Em se tratando do referencial dialético-crítico, no entanto, sempre será teórico-prático, porque o caráter interventivo lhe é constitutivo, na medida em que tem a transformação do real como finalidade, o que só pode ser realizado a partir dessa unidade necessária.” (Prates, 2012, p.127).

Ainda na perspectiva do método crítico-dialético, Pereira afirma que

“Toda mudança na qualidade da relação requer o reconhecimento de que o todo, constituído pela relação entre partes, tem potencialidades de se desenvolver, de inovar, de superar o passado, a partir do desaparecimento de alguns elementos e aparecimento de outros, no seu interior” (PEREIRA, p.13).

A dialética se apresenta então como um instrumento capaz de captar as contradições da realidade, com uma visão de totalidade, tendo “a potencialidade de evitar abordagens unilaterais, monocausais, idealistas, funcionalistas e a-históricas” (BEHRING, 2009, p.3).

Pereira acrescenta, que “dialética e contradição são dois termos que andam juntos, “o que permite dizer que se a totalidade não for contraditória, ela não é dialética e vice-versa: toda contradição se exerce na totalidade das relações” (PEREIRA, p.13).

Por fim, Lefebvre (1991), conclui

“A contradição dialética é uma inclusão (plena, concreta) dos contraditórios um no outro e, ao mesmo tempo, uma exclusão ativa... O método dialético busca captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios, que os opõe, que faz com que se choquem, que os quebra ou os supera.” (LEFEBVRE, 1991, p. 238).

Pensando a especificidade da temática estudada, faz-se necessário um ambiente universitário acolhedor e propenso à superação de todas as formas de preconceito e discriminação de forma integrada e articulada, de modo a atender as demandas sob uma ótica de totalidade.

Dessa forma, durante todas as fases da pesquisa – levantamento bibliográfico, resenha de literatura, pesquisa de campo, coleta e análise de dados – foi imprescindível uma leitura crítica da realidade, considerando que o tema abordado está inserido em um espaço/tempo complexo e contraditório, que está a sofrer impactos de decisões políticas e relações de poder.

Por fim, salienta-se que o trabalho está estruturado na construção de dois artigos. O primeiro artigo será direcionado a expor uma abordagem teórica sobre a temática de redes e intersectorialidade de modo a facilitar o entendimento da dinâmica das relações que se estabelecem no interior da universidade. O segundo artigo está direcionado a mostrar a análise dos dados coletados na pesquisa, contemplando a visão dos próprios gestores, que demonstram a realidade da dinâmica das relações entre os setores que atendem estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica em conjunto com a DDS. Logo em seguida é apresentado o produto técnico do presente trabalho, fornecendo à comunidade acadêmica, em especial aos setores responsáveis,

uma proposta de intervenção na realidade, tendo como base a fala dos sujeitos da pesquisa e o referencial teórico. Por fim nas considerações finais será feita uma análise do resultado alcançado tendo como referência os objetivos previamente estabelecidos.

2 ARTIGO 1- POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O TRABALHO EM REDE: UM DEBATE NECESSÁRIO

Raquel da Silva Ribeiro

Assistente Social da Universidade de Brasília-UnB, mestrandanda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional da Faculdade de Educação – FE/UnB

Resumo: O objetivo do presente artigo é situar a educação no campo das políticas sociais sob a ótica da reprodução das relações sociais, bem como introduzir uma análise da Política de Assistência estudantil articulada com a temática da intersectorialidade e instituição de redes, tendo como perspectiva uma ação construída e executada coletivamente de modo a atender às múltiplas necessidades que circundam a vida dos estudantes que participam da assistência estudantil na Universidade de Brasília.

Palavras-Chaves: Política Social. Política de Educação. Assistência Estudantil. Rede.

Abstract: The objective of this article is to place education in the field of social policies from the perspective of reproducing social relations, as well as introducing an analysis of the Student Assistance Policy articulated with the theme of intersectoriality and institution of networks, with the perspective of a action built and executed collectively in order to meet the multiple needs that surround the lives of students who participate in student assistance at the University of Brasilia.

Key words: Social Policy. Education Policy. Student Assistance. Network.

2.1 Introdução

O debate do presente artigo contempla uma análise crítica do acesso à educação no Brasil, que tem sua história marcada por relações de poder e dominação, expressadas por uma luta de classes inerente ao modo de produção capitalista, se apresentando como um espaço contraditório pois ao mesmo tempo em que possibilita a luta de classes e sua superação é também um espaço de dominação e reprodução dessa lógica capitalista de ser.

Assim, mesmo que a educação seja compreendida como espaço democrático, de emancipação e de mobilidade social, é preciso que seja considerado também seu papel de reprodução da exclusão e reprodução das relações de poder, ou seja, um espaço

que pode favorecer à marginalização e pouco propício à mudança, atendendo à sua lógica de reprodução das relações sociais de produção e perpetuando a luta de classes e manutenção de um espaço de dominação.

O espaço educacional se apresenta, portanto, como um desafio constante para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que tentam superar as adversidades presentes nesse meio e buscar estratégias para superação das desigualdades. Ao entrarem na universidade esses estudantes já apresentam demandas oriundas de uma realidade social marcada por exclusão, desigualdade e violação de direitos e são acrescidas de outras que surgem ao longo do processo de formação universitária. Daí justifica-se a oferta de serviços dentro da universidade voltados para esse público, captando a realidade concreta e disponibilizando serviços que reduzam as desigualdades e que permitam o exercício da cidadania.

2.2 Política social e o espaço educacional

Para analisar o espaço universitário e a dinâmica que o circunda é preciso situá-lo como política pública social, que, segundo Demo (2007), para ser social requer redução da desigualdade e possibilidade de emancipação, ou seja, as políticas sociais se constituem como instrumento de ação planejada de redução das desigualdades sociais, voltada para emancipação e ampliação da cidadania. Por outro lado, a natureza da política social é contraditória e “pode atender demandas e necessidades sociais no mesmo passo em que é capturada pelo capital para servir aos seus interesses” (PEREIRA, 2013, p.17). Portanto, a análise da política de educação, entendida como uma política social, deve ser pautada na relação estabelecida com o Estado, marcado por uma lógica neoliberalista de acumulação capitalista e de reprodução da relação de exploração e também com a sociedade, imersa no jogo de poder e de manipulação criado para garantir a própria reprodução do sistema capitalista. Estamos envoltos por práticas de manobras que utilizam as políticas públicas como mecanismo de atenuar as questões sociais tidas como ameaças à manutenção da classe que domina o poder. Há um medo das massas e por isso políticas sociais são implementadas como forma de satisfação de algumas necessidades humanas básicas sem, contudo, modificar a lógica de reprodução e estruturas sociais.

Segundo Behring (2009), o surgimento e desenvolvimento das políticas sociais tem sua problematização contextualizada sob a lógica de acumulação capitalista e da luta de classes, demonstrando seus limites e possibilidades. Assim, segundo essa autora, o debate sobre política social ultrapassa uma dimensão instrumental e técnica, captando as tensões políticas e societárias que circundam sua formulação.

Percebemos que as políticas sociais estão envoltas por um processo de avanços e retrocessos, a depender de interesses e correlação de forças vigentes, pois:

“Pelo fato de a política social ser um processo complexo e internamente contraditório – e não um sistema, um ato formal de Estado ou de governo, uma receita técnica ou uma mera resposta política – ela pode mudar de tendência e ser colocada a serviço do trabalho na sua luta constante contra o capital. Tudo vai depender do impacto das mudanças estruturais em curso sobre os rumos da história; do regime político vigente; da organização e movimento da sociedade e da correlação de forças em presença”. (PEREIRA, 2013, 19)

Nesse sentido as políticas sociais podem ser entendidas como “concessões/conquistas mais ou menos elásticas, a depender da correlação de forças na luta política entre os interesses das classes sociais e seus segmentos envolvidos na questão” (Behring, 2009, p.315), fazendo com que seja bastante dinâmico o papel que elas ocupam no espaço societário e político. Para entender a realidade dada e o significado de uma política social, consideramos o modo de produção que regula e determina todo o funcionamento da sociedade, entendendo que:

“a economia política se movimenta historicamente a partir de condições objetivas e subjetivas e, portanto, o significado da política social não pode ser apanhado nem exclusivamente pela sua inserção objetiva no mundo do capital nem apenas pela luta de interesses dos sujeitos que se movem na definição de tal ou qual política, mas, historicamente, na relação desses processos na totalidade” (idem, p.19).

A política social sofre impacto direto das decisões de cunho econômico e ideológico que são tomadas tanto em âmbito nacional como mundial, ou seja, seu avanço ou retrocesso está vinculado ao momento histórico e a agenda política. Com o processo de mundialização do capital, a lógica neoliberal passa a permear as relações de produção do capitalismo inaugurando “uma época de intervenção política cada vez mais clara dos governos ditos do ‘primeiro mundo’, em favor destes mesmos interesses

privados, excluindo deste sistema grande parte da população mundial” (MELO, 2004, p. 79).

A ascensão do neoliberalismo a partir dos anos 1980, de acordo com Pereira (2010), impactou fortemente a estrutura ideológica da política social, retroagindo em questão de direitos sociais conquistados com o intitulado Estado de Bem-Estar, marcado pelo período de 1945-1975. A autora apresenta uma série de tendências contemporâneas que essa mudança ideológica trouxe para o campo da política social, são elas:

- a) Ação minimalista do Estado na garantia de direitos e no processo de provisão de bens e serviços;
- b) Predomínio das políticas sociais focalizadas na pobreza extrema, em detrimento das políticas sociais universais;
- c) Ressurgimento das condicionalidades, ou contrapartidas compulsórias, como mecanismo de controle seletivo do acesso dos pobres a benefícios a que teriam direitos;
- d) Substituição do welfare (bem estar incondicional, baseado no status de cidadania) pelo workfare (bem estar em troca de trabalho, ou de sacrifícios, baseado no contrato ou na contabilização de prejuízos e lucros);
- e) Culpabilização dos pobres pela sua situação de privação, a ponto de em países, como os Estados Unidos, eles serem chamados de subclasses (underclasses), dada a suposição estereotipada de que possuem uma cultura inferior – a “cultura da pobreza”. Trata-se do retorno do darwinismo social, segundo o qual os fortes sobreviverão e os fracos perecerão;
- f) Substituição das análises socioeconômicas dos determinantes da pobreza por argumentos morais, que vinculam o empobrecimento de consideráveis parcelas da sociedade a comportamentos individuais desviantes;
- g) “Refamilização” (SARACENO, 1995, p. 261), ou revalorização da família como principal canal de absorção dos novos riscos sociais advindos do mau funcionamento do Estado e da ausência de vocação social do mercado. (PEREIRA, 2010, p.9).

Em meio a essa onda de retrocessos, refletindo uma precarização dos serviços públicos e redução de direitos sociais, os movimentos sociais no Brasil ganham muita força e destaque após 1980, se fortalecendo para defender segmentos específicos excluídos da sociedade. Ressalta-se que esse movimento é primordial para o avanço das políticas, mas é preciso pensar, concomitantemente, uma forma de enfrentamento das questões também de modo interligado para transformar a realidade social e superar a opressão e a dominação, frutos das consequências do modo de produção capitalista.

Com advento da Constituição de 1988, intitulada como Constituição Cidadã, houve um avanço no sentido de garantia de direitos sociais, devidamente formalizados na Carta Magna, ganhando a política social status de direito do cidadão e dever do Estado e não mais benemerência por parte deste. Entretanto, de acordo com Pereira (2010, p.15) essas transformações se deram “em meio a uma onda liberalizante internacional, que repudiava tudo o que era *social e público*” e que com “as forças conservadoras brasileiras apresentavam veementes reações aos novos direitos constitucionais, especialmente os sociais”. A materialização dessa ideologia liberalizante, segundo a autora pode ser identificada nos governos que se seguiram à promulgação da constituição, ou seja, governo Collor, FHC e governo Lula, sendo que este não conseguiu romper com o ciclo neoliberal.

Então, ao mesmo tempo em que temos um avanço em termos de políticas garantindo direitos para parcelas da população historicamente excluídas temos também uma movimento inverso, no sentido de impedir que esses direitos sociais sejam efetivados, tornando-se letra morta na Constituição Cidadã. Consideramos a emancipação e a mobilidade social por meio da educação um fenômeno importante de ser analisado, compreendendo os limites e as possibilidades de sua real efetivação e apropriação pelo indivíduo.

2.3 Política de educação: emancipação ou reprodução social

Seguindo a mesma linha de análise da política social, o debate sobre a educação e o seu papel na sociedade está atrelado com a atuação do Estado e o processo de produção e reprodução capitalista, pois este necessita de mecanismos que sejam funcionais à sua reprodução. A educação é concebida por Althusser (1980, p.43) como um dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), descrevendo estes como sendo “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas”. Denomina-se ideológico por ter seu funcionamento baseado na perpetuação de uma ideologia, diferentemente de aparelhos repressivos do Estado, que funcionam pelo emprego da violência. Para esse autor os AIE contribuem para a reprodução das relações de produção/exploração do modo de produção capitalista, sendo que a escola “constitui o Aparelho Ideológico de Estado dominante, Aparelho que desempenha um papel determinante na reprodução das

relações de produção de um modo de produção ameaçado na sua existência pela luta de classes mundial” (ALTHUSSER, 1980, p.68).

É através da educação, portanto, que a classe tida como dominante mascara seu poder sobre uma outra classe, a que trabalha e a que é explorada. E o instrumento utilizado para essa dominação, a ideologia, é sutil e difícil de ser combatido, pois:

“quando vivenciamos questões sobre a descentralização das políticas educacionais, da reforma educacional, da vivência de uma gestão democrática, de valorização da cidadania, de padronização de currículos, interdisciplinaridade e, principalmente de valorização do ensino fundamental, fica ainda mais difícil perceber como o projeto neoliberal de sociedade e de educação está presente de forma hegemônica, tanto no planejamento quanto na realização de nossas políticas educacionais” (MELO, 2004, p. 56)

A política de educação, portanto, se apresenta como um espaço contraditório pois ao mesmo tempo em que possibilita a luta de classes e sua superação é também um espaço de dominação e reprodução dessa lógica capitalista de ser, sendo tensionada “pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação” (CFESS, 2013, p.16). A luta de classes pode ser entendida como um fenômeno histórico que tem por base a dominação de um grupo sobre outro, se fazendo presente também no espaço educacional, onde “diferença de qualidade da escola, em decorrência do público a qual ela está voltada, é a continuidade de uma desestruturação social a ser compreendida no campo da desigualdade de classe” (OLIVEIRA, 2013, p.697). A classe a qual pertence o indivíduo determina o nível de educação que o mesmo terá e qual papel desempenhará na sociedade

“onde o jogo de poder é cru, autonomias entram em disputa e aparecem em infintas redes de desigualdade, como a socioeconômica, cultural, educacional, intelectual, estratificando as pessoas em escalonamentos odiosos. Existe facilmente escola para rico e escola para pobre” (DEMO, 2015).

Nesse sentido é que reconhecemos o poder que a educação tem no seu papel reprodutor que, para atingi-lo, é distribuída de maneira desigual a depender da classe a qual pertence o indivíduo, ou seja, o ensino para pessoas pobres é diferente daquele direcionado para a elite. É o que Demo (2015) entende ser um contexto direcionado para a subalternidade, “no qual ao pobre se reserva educação pobre, tipicamente ‘efeito

de poder””, onde há poucas chances de ultrapassar a barreira da desigualdade e da relação de poder.

Sendo a desigualdade de classe inerente ao sistema capitalista, a oferta e a expansão de políticas sociais não possuem capacidade de extinguir essa desigualdade, apenas reduz de modo a atender as demandas da classe trabalhadora e ao mesmo tempo perpetuar a reprodução das relações sociais de produção, constituindo-se assim um espaço contraditório (BOSCHETTI, 2016). Assim, a escola se assume como espaço de marginalização e pouco propício à mudança, atendendo à sua lógica de reprodução das relações sociais e perpetuando a luta de classes e manutenção de um espaço de dominação. A educação não carrega em si uma intenção de ruptura com a lógica do sistema capitalista, mas sim uma verdadeira reprodução das relações sociais.

Mészáros (2018) entende ser o sistema do capital uma lógica incontestável, sendo suas determinações insuscetíveis de uma reforma estrutural, assim, “o capital é irreformável porque pela sua própria natureza como totalidade reguladora sistêmica, é totalmente *incorrigível*” (p.27). Assim sendo, a educação não é capaz, “*por si só*, de fornecer uma alternativa emancipadora radical” (p.45). Não se pretende aqui tecer uma defesa em favor de uma revolução, superação ou rompimento com a estrutura capitalista e seus processos de exploração tendo como arma o processo educacional mas sim elencar os limites e as possibilidades de se alcançar uma emancipação que permita desenvolver uma consciência de classe e possibilitar a construção da própria história. Nesse sentido, Demo (2015) entende que “a escola pode ser instituição estratégica para esta façanha cívica, desde que consiga atender às necessidades concretas dos mais marginalizados” e que é possível a emancipação através da educação, mas que seja pautada em uma aprendizagem que desenvolva autocrítica, pois

“Aprender sempre significa também ter ideias próprias, projeto próprio, horizonte próprio, conduzir seu destino até onde possível, contribuir, cooperar com algo próprio. Esta rota é fundamental para a emancipação – não existe emancipação que não seja produto de autoria própria” (DEMO, 2015).

Apesar de reconhecermos que a Educação se constitui como instrumento de regulação e de reprodução das relações sociais, respondendo aos ditames da ordem do capital e sua hegemonia, não se pode negar que ela desempenha um papel no “processo

de formação de autoconsciência que desvela, denuncia e busca superar as desigualdades sociais que fundam a sociedade do capital e que se agudizam de forma violenta na realidade brasileira” (CFESS, 2013, p.22). É importante frisar também que quando falamos de emancipação não estamos nos referindo à uma mera emancipação política, que segundo Boschetti (2016) está “relacionada ao reconhecimento legal e prático do direito de cidadania na sociedade capitalista ... Esses direitos, contudo, não libertam o homem das relações capitalistas, e não levam, portanto, à emancipação humana” (p.57), pois apesar de ser reconhecido como cidadão político, continua sendo superexplorado e submetido às forças presentes na relação de produção “sem se libertar das condições objetivas que o obrigam a vender sua força de trabalho”(p.56). A emancipação que ora defendemos está voltada para a formação de uma autocrítica e de consciência de sua própria história, de modo a perceber o contexto do qual faz parte e captar os determinantes sociais para além do que está instituído, ou seja, se reconhecer como sendo parte desse processo.

A expansão da consciência crítica através da educação é uma ameaça à estabilidade do sistema capitalista e de sua exploração, pois “não tememos um pobre com fome. Assistência resolve. Tememos um pobre que sabe pensar. Exigindo ser visto como protagonista, requer direitos, não apenas benefícios” (DEMO, 2012). Nesse sentido, é preciso pensar a educação como meio de superação não da condição de pobreza advinda de carência material mas sim da superação do que Demo (2012) chama de pobreza política, que impede o indivíduo de construir pensamento próprio e autocrítica, de questionar a realidade na qual está inserida. Só assim será possível a efetivação de uma emancipação humana, pautada no protagonismo do indivíduo, livre das amarras impostas pela conjuntura capitalista.

2.4 Intersetorialidade e o trabalho em rede: uma ação necessária

O espaço universitário se apresenta como campo desafiador para os jovens, que muitas vezes não estão preparados para superá-lo sozinhos. O perfil dos estudantes universitários é diversificado e a realidade social e econômica tem efeitos diretos na dinâmica da inclusão/exclusão do estudante nesse meio. As políticas de permanência foram pensadas para minimizar as desigualdades sociais e econômicas que permeiam o

ambiente universitário, entretanto, para além, disso há desafios a serem superados no sentido de acolher outras demandas para além da concessão de bolsas e auxílios.

O sonho e a esperança do estudante de ter sua realidade modificada mostra-se ameaçada pelas dificuldades encontradas desde o instante em que entra na universidade e durante todo o percurso da graduação, levando muitos desses estudantes à evasão. O sujeito apresenta demandas específicas e particulares, que às vezes podem aparecer isoladas ou conjuntamente a outras necessidades, mas nem por isso tais demandas poderão ser analisadas de forma fragmentada e isolada, ao contrário, deve ser feita de forma crítica e articulada com a totalidade social, permitindo captar as expressões da questão social.

“Há uma luta constante entre o que gostariam de fazer e o que é possível fazer, materializada em uma gama variada de situações: carga horária de trabalho, tempo insuficiente para dar conta das solicitações do curso e outras, de ordem social e cultural, condicionadas pelos baixos recursos financeiros (privar-se de cinema, teatro, espetáculos, eventos científicos, aquisição de livros e revistas etc.). Refugiar-se no isolamento é a saída encontrada, como revelaram vários estudantes” (ZAGO, 2006)

Nesse sentido, são necessárias ações articuladas de modo a compreender o sujeito de direitos em suas necessidades, relacionadas, ou não, às atividades acadêmicas ou que interferem diretamente nelas.

As políticas sociais, segundo Yazbek (2010) sofreram um processo de fragmentação e benemerência levando a práticas centralizadoras, conservadoras e assistencialistas e contribuindo “para a reiteração da subalternidade da população usuária dos serviços assistenciais” (p.27). E é no sentido de enfrentamento dessa realidade que emerge a necessidade de se criar estratégias de atuação baseada na intersetorialidade, buscando a emancipação dos sujeitos usuários das políticas públicas. Para essa autora, a intersetorialidade “é a articulação entre as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à Proteção Social, à inclusão e enfrentamento das desigualdades sociais identificadas” (p.25), que “transcende o caráter específico de cada Política e potencializa as ações desenvolvidas por elas. Também, amplia a possibilidade de um atendimento integral aos cidadãos que dela se utilizam” (Yazbek, 2010, p.26).

Nesse sentido, Junqueira (1998) argumenta que:

“O cidadão, para resolver seus problemas, necessita que eles sejam considerados na totalidade e não de forma fragmentada. Os serviços são dirigidos aos mesmos grupos sociais, que ocupam o mesmo espaço geográfico. Mas o atendimento de cada política social é feito de maneira isolada, enfrentando os problemas apenas da sua ótica, independentemente da sua capacidade de resolução. A possibilidade de superar essa dicotomia, permitindo que o cidadão usufrua de uma vida com qualidade, é a interação entre as diversas ações setoriais, constituindo o que se denomina intersetorialidade.” (p.14)

A educação como política pública, por si só, está longe de garantir a superação da sociedade de classes e sua conseqüente desigualdade social, próprias do sistema capitalista, tendo nas políticas sociais “respostas, muitas vezes fragmentadas, para as complexas expressões da questão social produzidas neste sistema de exploração e dominação” (CFESS, 2013, p. 27). Por outro lado, reconhecemos que as políticas sociais e a política de educação representam os interesses tanto do capital como também os interesses sociais, da classe que vive o trabalho. Mesmo que não seja viável a superação de classe e sua exploração, é possível instituir mudanças no interior das políticas e no modo de operacionalização das ações.

Junqueira (1998) nos apresenta que

“A proposta é partir dos problemas da população e procurar, de forma integrada, soluções que remetam às ações e aos saberes próprios de cada política. Identificam-se as determinações sociais dos problemas emergentes nos diversos grupos populacionais de um território e buscam-se soluções não apenas no âmbito de uma política, mas de maneira integrada, intersetorial.” (p.14)

Essas reflexões sinalizam que a assistência estudantil necessita ser construída na perspectiva de uma rede de proteção do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que atue de forma articulada. É necessário um olhar que considere o sujeito em sua totalidade permitindo captar suas demandas e suas múltiplas vulnerabilidades atreladas à concepção de interseccionalidade, pois “as políticas públicas no pueden basarse en la descomposición sectorial de los problemas, sino que han de asumirse integralmente” (BRUGUÉ; CANAL; PAYA, 2015, p.89). Sobre interseccionalidade HIRATA (2014) apresenta como síntese a ideia da autora Sirma Bilge, digna de ser transcrita aqui para nossa reflexão:

“A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais” (BILGE, 2009, p. 70 apud HIDRATA 2014, p. 62)

Sobre a transversalidade, Botelho e Nascimento (2016, p. 28), argumentam que a mesma:

“demanda que os diversos setores organizacionais envolvidos em uma determinada política somem esforços para a constituição de ações diversas focadas na construção de um sombreamento do problema pautado, de modo a conseguir contribuir para o tratamento do problema abordado na política”.

E como forma de materialização do enfoque transversal e intersetorial é que trazemos também o debate sobre redes, por entender que elas permitem uma articulação entre os atores rumo a um objetivo comum, tal qual seja contribuir para a formação de sujeitos, diminuindo os impactos das desigualdades e preconceitos existentes dentro da universidade. Entende-se que a realidade vivida pelos estudantes universitários em situação de vulnerabilidade socioeconômica é complexa e multidimensional e uma “red organizativa, en definitiva, representa una estructura capaz de abordar la complejidad porque funciona a través de conversaciones laterales y de la interacción entre las partes. (BRUGUÉ; CANAL; PAYA, 2015, p. 91)

O conceito de redes é consideravelmente novo, datando da década de 1970, introduzindo uma nova abordagem na relação entre Estado e sociedade e consequentemente na execução de políticas públicas (Schneider 2005), contrapondo a um sistema clássico de gestão, cujo:

“modus operandi administrativo clásico consiste, precisamente, en simplificar los problemas; reduciéndolos a un ámbito especializado capaz de abordarlos desde sus conocimientos sectoriales. La 30compañia actual, sin embargo, no parece aceptar estas simplificaciones. Es demasiado compleja, sofisticada y diversa como para someterse a las restricciones de una comprensión parcial” (BRUGUÉ; CANAL; PAYA, 2015, p.87).

A abordagem de redes veio como uma consequência da globalização permitindo captar a dinâmica de relações de uma sociedade complexa, influenciando

no modo de governança adotado (LAIA, 2018). Para essa autora portanto, há uma relação direta entre o conceito de redes e globalização, se configurando como “uma teia na qual os nós podem ser pessoas, instituições, organizações ou até mesmo cidades e países. As redes passaram a fazer parte da linguagem quando se pretende referir a agentes interconectados.” (LAIA, p.64)

Ao falar do conceito de redes Laia (2018) apresenta a nomenclatura *policy networks*, definida como sendo:

“conjunto de relações relativamente estáveis, não hierárquicas e interdependentes, que vinculam uma variedade de atores, que compartilham interesses comuns com relação a uma política e que trocam recursos para perseguir esses interesses compartilhados reconhecendo que a cooperação é a melhor maneira de alcançar objetivos comuns” (p.35)

Ao estudar esse tema Kipnnis (2012) apresenta uma análise de “*policy network*” constituída em dois níveis de análise, um sendo a tipologia, que permite estabelecer comparação entre setores e identificar “semelhanças e diferenças que permitem levantar hipóteses de pesquisa” (p.79) e o segundo sendo constituído pelo grau de estabilidade ou de mudança que a rede proporciona. A análise permite conhecer a realidade tal como está posta, identificando pontos comuns de interesse e levantando possíveis elementos de mudança.

Um trabalho em rede é constituído de “vínculos diretos e indiretos relativamente duradouros, através dos quais os atores envolvidos estão integrados na formulação de políticas públicas” (Schneider 2005, p. 38) e a efetividade das ações de setores que desejam atuar em rede de modo transversal vão depender “de la fortaleza de sus vínculos con los espacios oficiales, ya que sin éstos su potencia de aprendizaje cae en el vacío” (BRUGUÉ; CANAL; PAYA, 2015, p.119). O pretendido, portanto, é uma interação contínua entre os setores de modo a captar a complexidade das ações de modo integralizado.

2.5 Conclusão

Falar de políticas públicas é falar de correlação de forças constante, elas são fruto de decisões políticas tomadas de governo a governo e é resultado de projetos políticos e

ideológicos que vão determinar o rumo dos projetos e das ações. A análise que se fez aqui foi uma tentativa de aprofundar o olhar crítico sobre o objeto estudado, pois toda política deve ser devidamente contextualizada e com o suporte teórico para dar suporte para uma construção crítica da realidade. A lógica capitalista e sua reprodução das relações sociais é uma ideologia presente nas decisões políticas, incluindo a política de Educação, marcando o rumo das decisões que impactam políticas de redução de desigualdades no acesso de estudantes classes populares ao ensino superior bem como sua permanência nela.

É insuficiente apenas a criação de políticas de ampliação do acesso ao ensino superior, e atingir seu objetivo de oferecer oportunidade de diplomação. É preciso uma política que garanta, para além do acesso, a permanência desse público na universidade, ou seja, as políticas de ampliação do acesso e de permanência devem pensadas concomitantemente, ter a mesma magnitude e importância. Nesse sentido, a assistência estudantil se mostra como um mecanismo de efetivação da permanência do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica na universidade por possibilitar o rompimento com as barreiras das desigualdades presentes nesse meio.

Os serviços ofertados no âmbito da política de assistência estudantil permitem reduzir as diversas vulnerabilidades que estão sujeitos estudantes jovens nesse período tão desafiador. Captar as necessidades dos estudantes e trabalhar-las de modo integrado, reconhecendo que o estudante é um sujeito de direitos, é um desafio presente na Política de Assistência Estudantil. Desse modo, ações articuladas dos atores que trabalham na execução dessa política se mostra essencial para se atingir o objetivo de se ter dado acesso do jovem em situação de vulnerabilidade socioeconômica ao ensino superior, qual seja, diplomação.

O debate sobre rede foi aqui trabalhado como estratégia de fortalecimento das ações voltadas ao estudante, no intuito de romper com a lógica da fragmentação, tendo o potencial de garantir um atendimento integralizado do estudante, captando sua totalidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença/0artins fontes, 3ª Ed., 1980.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. V.2, 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Política Social no contexto da crise capitalista**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/112252399/Texto-6-Politica-Social-No-Contexto-de-Crise-Capitalista-1>>. Acesso em: 22 out. 2018.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e Trabalho no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BOTELHO, Denise; NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Celebração móvel: políticas públicas, transversalidade e interseccionalidade de gênero e raça. In: SANTOS, Debora Silva; GARCIA-FILICE, Renísia Cristina; RODRIGUES, Ruth Meyre Mota. **A Transversalidade de gênero e raça nas políticas públicas: limites e possibilidades**. Brasília, 2016.

BRUGUÉ, Quim; CANAL, Ramón; PAYA, Palmira. **¿33compañha33s33 administrativa para abordar “problemas malditos”? El caso de las 33compañha33s interdepartamentales**. Gestión y Política Pública, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/gpp/v24n1/v24n1a3.pdf>> Acesso em: 15 mai. 2018.

CARVALHO, O. F. **Educação e formação profissional**. Brasília: PLANO, 2003.

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília: CFESS, 2013. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf> Acesso em: 13 ago. 2018.

DEMO, PEDRO. **EMANCIPAÇÃO**. 2015. Disponível em: <<https://docs.google.com/document/d/1yljihsnXirkK18yAUsFq9FT5FobKfMkNIbUfPfaVfY/pub>>. Acesso em: 18 out. 2018.

_____. **POBREZA POLÍTICA**. 2012. Disponível em: <<http://pedrodemo.blogspot.com/2012/04/pobreza-politica.html>>. Acesso em: 18 out. 2018.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça, interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. In: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/05.pdf>> Acesso em: 17 mai. 2018.

JUNQUEIRA L.A. **Descentralização e intersectorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, nov./dez.1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/7696/6269>> Acesso em: 02 fev. 2020.

KIPNIS, Bernardo. **Análise de políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: uma aproximação conceitual na perspectiva da policy network**. In: Célio da Cunha; José Vieira de Sousa; Maria Abádia da Silva (Orgs.), Avaliação de Políticas Públicas de Educação: Brasília: Liber Livro, 2012

LAIA, MARIA DA GLÓRIA DOS SANTOS. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia como modelo de Governança em Rede: um estudo à luz do conceito de Tipologias**. 2018. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32762/1/2018_MariadaGl%c3%b3riadoSantosLaia.pdf> Acesso em: 17 ago. 2019

MELO, A. A. S. **O liberalismo nos anos 80. Uma década ganha para a mundialização do capital**. In: MELO, Adriana Almeida Sales de. A mundialização da educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina. Brasil e Venezuela. Maceió. EDUFAL, 2004.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Ramon de. **Educação, pobreza e emprego: uma análise a partir das categorias escolaridade, gênero e cor**. PERSPECTIVA, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/2175-795X.2013v31n2p687/pdf_13> Acesso em: 23 ago. 2018.

PEREIRA, Potyara A. P. **A intersetorialidade das políticas sociais numa perspectiva dialética**. Disponível em: <file:///C:/Users/01873368143/Downloads/DocGo.Net-Texto%20Potyara%20-%20Intersectorialidade.pdf> Acesso em: 23 out. 2018.

_____. **Política Social no pós-guerra: ascensão e declínio**. Serviço Social & Saúde, Campinas, v. n. 10, dez. 2010.

_____. **Política social contemporânea. Concepções e configurações no contexto da crise capitalista** Pereira. 2013 <<http://books.scielo.org/id/rfv9p/pdf/costa-9788577982318-01.pdf>> Acesso em: 16 dez.

SCHNEIDER, Volker. **Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas**. 2005. Civitas, Porto Alegre, RS, v. 5, n. 1, p. 29-58. Jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/33/1605>> Acesso em: 17 mai. 2018.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares**. Revista Brasileira de Educação . v. 11, n. 32, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo5-pobrezaepoliticaspUBLICAS/politicassociaisdeassistenciaestudantilparaestudantespobres.pdf>> Acesso em: 12 mai. 2019.

3 ARTIGO 2- POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA ANÁLISE SOBRE O FLUXO DE ATENDIMENTO DOS ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Raquel da Silva Ribeiro

Assistente Social da Universidade de Brasília-UnB, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional da Faculdade de Educação – FE/UnB

Resumo: O objetivo do presente artigo é apresentar os resultados objetivos da pesquisa feita ao longo do curso de mestrado, que teve como foco entender como se desenvolve o fluxo de atendimento das diretorias vinculadas ao processo de atendimento ao estudante da assistência estudantil. Primeiramente, buscou-se situar o leitor acerca da importância da Política de Assistência Estudantil para reduzir desigualdades e garantir a permanência do estudante na universidade. Será apresentada a análise das entrevistas realizadas de modo a captar a dinâmica das relações que se estabelecem no contexto atual, elencando os limites e as possibilidades para formação de uma rede atendimento na UnB.

Palavras-Chaves: Assistência Estudantil. PNAES. Rede.

Abstract: The objective of this article is to present the objective results of the research carried out during the master's course, which focused on understanding how the service flow of the boards linked to the student assistance process of student assistance develops. First, it sought to situate the reader about the importance of the Student Assistance Policy to reduce inequalities and guarantee the student's permanence in the university. The analysis of the interviews conducted will be presented in order to capture the dynamics of the relationships that are established in the current context, listing the limits and possibilities for forming a service network at UnB.

Key words: Student Assistance. PNAES. Network

3.1 Introdução

A análise que aqui se faz sobre a Política de Assistência Estudantil segue a mesma lógica elaborada para a política de educação e as políticas sociais, ou seja, está situada em um espaço contraditório em que reconhecemos um avanço alcançado nos últimos anos, sem contudo deixar de reproduzir a lógica liberalizante que permeia as políticas públicas no país.

“Em um momento de contrarreforma de todas as políticas sociais, a assistência estudantil poderia indicar que teria passado ileso por esse processo de perda de direitos. Isso somente seria possível se olhássemos para ela somente no âmbito da aparência. No entanto, ao nos aproximarmos do objeto inserido no processo histórico e social, percebemos que ela se materializou carregando os interesses e contradições do sistema capitalista”. (MACHADO, 2017, p.249)

O espaço universitário, apesar de seu discurso da integralização e diversidade, pode ser entendido como parte da lógica social que discrimina e perpetua a lógica de poder e dominação. Os jovens pertencentes aos segmentos socialmente excluídos (índios, negros, pobres) que conseguem ultrapassar a barreira de acesso ao ensino superior por meio das políticas de ações afirmativas se deparam com outras tantas barreiras dentro da própria universidade. A realidade universitária traz ao pensamento desses jovens de que eles não pertencem a esse ambiente elitista, conservador, e até mesmo cruel, que perpetua a luta de classes estampada na sociedade. A desigualdade social presente no espaço universitário faz com que estudantes oriundos de classes privilegiadas naturalmente dominem esse espaço sem muitas dificuldades para conseguir sua diplomação. De outro lado, estudantes oriundos classes populares, cuja carga cultural e de ensino sempre foi deficitária, ao acessarem o ensino superior já trazem consigo toda uma história de exclusão e dificuldades não vividas pelos demais colegas, colocando em risco sua permanência e diplomação.

“Tomemos o exemplo de um cotista que entra em medicina numa universidade pública de ponta, tendo acesso a um curso considerado de excelência. Com certeza, ele não sabe química, por conta de sua escola precária que frequentou; mas química é conhecimento estratégico para um médico. Se não tiver a oportunidade de estudar química – consertando seu avião em pleno voo – poderá avançar “caindo para cima”, porque não se reprova (nem se deveria reprovar) um cotista, resultando, apesar da chance estupenda, em médico “menor”. Aí aparece a injustiça de tratar gente tão diferente da mesma maneira; mesmo fazendo o mesmo curso, aparentemente com a mesma oportunidade, não dispõe das mesmas armas. Pode-se valorizar este esforço assim mesmo, porque é uma das vias para introduzir na sempre mesma elite gente diferente, mas o processo não está bem posto, porque ainda cheira a coisa pobre para o pobre” (DEMO, 2015).

O sonho e a esperança de ter sua realidade modificada se mostra ameaçada pelas dificuldades encontradas desde o instante em que entra na universidade e durante todo o percurso da graduação, levando muitos desses estudantes à evasão. Na tentativa de minimizar as desigualdades existentes no espaço universitário é que é instituída a

Política de Assistência Estudantil executada no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior. Essa política foi inicialmente instituída por meio de uma Portaria Normativa em 2007 e regulamentada posteriormente pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho 2010 com a finalidade de “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal”. Portanto a base que sustenta toda a Política de Assistência Estudantil é o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que tem por objetivos:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III – reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV – contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

A implantação de uma política como essa foi um avanço em questão de reconhecimento de que o espaço universitário é desigual, necessitando de políticas que vão para além de garantir o ingresso, garantindo também a permanência do jovem na universidade.

A leitura do decreto permite uma percepção de que o mesmo foi criterioso no estabelecimento das ações, mas concedeu ampla autonomia para as instituições executarem tais ações e estabelecerem critérios próprios, com o seguinte requisito:

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Portanto, temos um critério bastante objetivo que é o econômico, entendendo que há um limite de renda per capita familiar (1,5 salário mínimo) para participar da Política de Assistência Estudantil. Machado (2017) enfatiza que essa política “é operacionalizada de forma seletiva, focalizada e condicionada. Uma lógica cada vez mais comum nas políticas sociais, mas que aparecem enquanto retrocesso, contrariando aspectos universalizantes e de promoção de justiça social (MACHADO, 2017, p.250). Após impor um limite estritamente econômico, o PNAES dá às universidades uma autonomia para definir suas ações para cumprimento dos seus objetivos. Entretanto, essa autonomia encontra limites que estão diretamente ligados a um recurso público

cada vez mais escasso, o que põe em risco a diplomação de estudantes que necessitam dessa política para permanecer na universidade.

“Os recursos direcionados para a assistência ao estudante de graduação tem sido insuficientes diante das demandas. A destinação do orçamento voltado para a permanência do graduando vem ocorrendo no limite dos interesses do capital. Os recursos que desde 2002 estavam sendo ascendentes, em 2016 decresceu 17% em relação ao ano anterior.” (idem, p.250)

O artigo 3º do PNAES prevê ainda que este deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão com ações voltadas para as áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Percebe-se aqui que a execução da Política de Assistência Estudantil tem por base a captação da totalidade social que circunda o sujeito, sendo uma política desafiadora para a gestão responsável por sua operacionalização.

A previsão de variadas ações possibilita a ampliação das condições de permanência e a redução das desigualdades presentes no espaço universitário. Sob a ótica da articulação das ações o estudante é reconhecido como um sujeito de direitos em suas mais variadas formas de vulnerabilidades. Portanto, para garantir uma verdadeira inclusão social desse público é preciso fazer uma leitura da realidade multifacetada, que entenda o estudante como ser social em sua totalidade, que “compreende a realidade nas suas íntimas e complexas determinações, e revela, sob a superfície dos fenômenos, suas conexões internas, necessárias à sua apreensão” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 40). Os desafios de uma ação pautada na articulação das ações são grandes, considerando os aspectos políticos presentes não só no interior da universidade mas principalmente fora dela, sendo marcada por um processo de correlação de forças constante e dinâmico.

Para melhor entender a dinâmica das ações direcionadas aos estudantes participantes da assistência estudantil na universidade, foi realizada uma pesquisa que teve como problemática analisar, sob a ótica dos gestores, o processo de articulação de atendimento do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Universidade de Brasília bem como entender em que medida a instituição de uma rede

com ações articuladas pode contribuir para uma execução mais efetiva da Política de Assistência Estudantil.

3.2 Percurso metodológico

O caminho metodológico da pesquisa foi por uma abordagem qualitativa, que possibilitou captar criticamente a realidade estudada e, para a sua realização, optou-se por delimitar o campo de pesquisa dentro do Decanato de Assuntos comunitários (DAC). A delimitação dos sujeitos da pesquisa foi feita por meio de vivências do meu cotidiano profissional que possibilitou a identificação de alguns setores que estabelecem uma articulação direta e permanente com a Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), de modo a oferecer um atendimento mais integralizado ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Quanto ao instrumento de coleta de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, realizadas com 5 (cinco) gestores das diferentes áreas da assistência estudantil da UnB: desenvolvimento social, diversidade, necessidades especiais, atenção à saúde.

A entrevista semiestruturada foi escolhida por se mostrar uma técnica flexível, possibilitando alterações em seu fluxo para que fosse direcionada rumo aos objetivos pretendidos. A técnica de entrevista,

“está sujeita à mesma dinâmica das relações existentes na própria sociedade. Quando se trata de uma sociedade ou de um grupo marcado por muitos conflitos, cada entrevista expressa de forma diferenciada à luz e à sombra da realidade, tanto no ato de realizá-la como nos dados que aí são produzidos.” (MINAYO, 2010, p.65)

As falas dos sujeitos possibilita compreender o significado que eles atribuem á assistência estudantil e como se estabelece entre os atores.

Observa-se, portanto, que a intenção foi captar a percepção que os entrevistados possuem sobre o atendimento realizado hoje, isto é, como se dá essa articulação entre eles e os outros setores e o que poderia ser melhorado para direcionar melhor as ações voltadas ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica

atendidos pela DDS, além de captar a percepção desses atores sobre o atendimento em rede.

No âmbito, deste artigo, quando falamos em rede, estamos delimitando o campo de análise à instituição Universidade de Brasília, que, através dos seus variados decanatos atuam na execução da política pública social de educação. A efetivação e execução da Política de Assistência Estudantil é de responsabilidade do Decanato de Assuntos de Comunitários, que, através de suas diretorias executa serviços que diminui a desigualdade na universidade e melhora a qualidade da formação acadêmica, elevando assim as expectativas de diplomação.

Um trabalho em rede se apresenta com mecanismo de materialização da transversalidade aqui pretendida, compreendendo a integração das ações de setores tidos como estratégicos para amenizar as desigualdades e vulnerabilidades vivenciadas pelos estudantes participantes da Política de Assistência Estudantil dentro da Universidade.

Como forma de proporcionar mais confiabilidade e legitimidade ao processo de pesquisas com entrevistas, Duarte (2002) cita algumas orientações de um estudo realizado pela revista *Sociology* em 1997, dentre as quais disponibilizar o conteúdo das entrevistas a outros pesquisadores, bem como anexar transcrições completas para que os leitores tenham a oportunidade de tirarem suas próprias conclusões. Essa mesma autora enfatiza a importância de se criar a todo tempo laços com a parte teórica guiadora da pesquisa.

“Aqui, como em todas as etapas de pesquisa, é preciso ter olhar e sensibilidade armados pela teoria, operando com conceitos e constructos do referencial teórico como se fossem um fio de Ariadne, que orienta a entrada no labirinto e a saída dele, constituído pelos documentos gerados no trabalho de campo” (DUARTE, 2002, p. 152).

Assim sendo, as 5 (cinco) entrevistas realizadas com os gestores foram todas transcritas por completo e apesar de não constar do corpo do presente trabalho ficarão disponíveis para consulta a quem interessar.

3.3 Dos resultados da pesquisa

Para análise dos resultados da pesquisa, primeiramente fez-se a leitura e análise individual de cada entrevista de modo a entender o papel de cada um dentro da universidade, o que permitiu captar a individualidade de cada setor. Posteriormente, a sistematização dos dados e análise dos resultados foi realizada tomando como referência o conjunto das entrevistas.

Para captar a dinâmica das relações entre os setores, foram estabelecidas as seguintes categorias:

- necessidade de articulação com outros setores;
- avaliação sobre a articulação entre setores
- dificuldades que impactam no fluxo de atendimento
- proposições de melhorias voltadas para formação de uma rede.

3.3.1 Necessidade de articulação com outros setores

Em relação à necessidade de se articular com outros setores para efetivação de suas ações foi unânime a resposta dos gestores. Tal unanimidade é esperada pela própria natureza de suas ações que requer o envolvimento de outros atores para que se tenha um atendimento mais integralizado ao estudante.

“nossa diretoria tem a missão de articular com duas dimensões da universidade, que são as unidades acadêmicas e as unidades administrativas porque a gente precisa estar em um diálogo muito próximo com os coordenadores de curso, pois nosso objetivo é de cunho acadêmico” (gestor 1)

“a assistência estudantil está disseminada em todo o DAC... algumas coisas a gente pode fazer sozinho sim, mas a essência não... (gestor 2)

“a rubrica da PNAES inclusive fala quais são as áreas, na educação, necessidades especiais, fala em saúde, cultura, esporte e lazer, quer dizer, é muito coisa pra uma diretoria só fazer ... houve toda discussão do que aconteceria com o recurso do PNAES, se vai só pra DDS, se vai pro RU, então foi assim vamos discutir ações de assistência com o dinheiro do PNAES, porque a ações permite que esteja em várias diretorias ... Porque na proposta do PNAES está previsto as várias dimensões, e as várias dimensões estão em várias diretorias e não em um só. Uma coisa que ficou muito clara pra mim, porque tem o GT 4002 que discute essa questão assistência estudantil ... porque tem que olhar o aluno como um todo e não pela sua vulnerabilidade

socioeconômica, tem várias vulnerabilidades, vulnerabilidade cultural, vulnerabilidade física, da saúde, das relações, acadêmica. (gestor 4)

Pelas falas acima fica claro que o próprio programa que regulamenta a assistência estudantil traz em seu bojo um conjunto de ações a serem garantidas aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que “deverá ser implementado de forma articulada” (Brasil, 2010), com ações na área que envolve moradia, alimentação, deficiência, saúde, esporte, cultura, creche e apoio pedagógico. Dutra e Santos (2017, p.169) salienta que “apesar da abrangência das áreas definidas pelo Pnaes, o que ocorre é que nem todas as IFES desenvolvem programas e ações em todas as suas esferas”.

“a gente faz aqui um acolhimento, orientação, atendimento psicossocial, busca serviços dentro da universidade e fora dela pra continuar acolhendo pra que ela consiga passar por esse processo de violência com menos sequela possível” a gente articula com o RU pra acesso imediato à alimentação ainda que não tenha estudo socioeconômico, com a rede externa do GDF, os CRAS, os CREAS, pro-vítima, a Casa da Mulher Brasileira, com os movimentos que dão suporte e apoio como Casa Ipê, Casa Rosa, com as delegacias, defensorias, MP, então a gente tem uma rede que a gente aciona de acordo com a necessidade, então a gente faz essas parcerias” (gestor 3)

Foram citados vários setores dentro da UnB que desempenham papéis importantes nessa atuação conjunta, mas é importante salientar também que a rede externa à UnB é bastante requisitada para atender estudantes da Universidade de Brasília, principalmente a Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF). A fala do “gestor 3” demonstra que as ações voltadas para o atendimento do estudante ultrapassa os limites da universidade, justamente por apresentar demandas que a universidade não atende, na perspectiva de uma atuação voltada para totalidade do ser social. Nessa mesma ótica o “gestor 5” enfatiza a importância do diálogo com a rede externa, dizendo que tem

“fortalecido algumas parcerias importantes como a SES-DF (Secretaria de Saúde) ... com a residência multiprofissional em saúde mental da SES também, e aí nessa parceria a gente tem residentes como psicólogos, fisioterapeutas, enfermeiro trabalhando com a gente nessas ofertas de atividades” (gestor 5)

Assim, há a necessidade de encaminhamentos para uma rede de serviços que é externa à UnB, que vão complementar as ações já desenvolvidas pelos profissionais da

universidade no sentido de reduzir a evasão dos estudantes em virtudes de suas vulnerabilidades.

“a função primordial dessa diretoria seja essa, fazer articulações, de trazer as pessoas pra perto, visualizar as questões que são de todos, ao invés de ficar nessa fragmentação a gente poder fazer isso mais junto. Então muito do nosso esforço é nesse sentido, de trazer as pessoas pro diálogo, cada um entender qual seu papel nisso e de não estamos sozinhos, de que não é responsabilidade de um só, mas de todo mundo, onde cada um pode contribuir naquele seu pedaço ... a gente vê quais são as questões e quais ações precisam ser feitas numa lógica mais integral desse sujeito, então não é só encaminhar pra gente, vai precisar que a DDS faça, que o DEG faça, então a gente também é essa rede, assume um pouco esse lugar de articulação de rede, a gente vê o que a situação ta trazendo e quem precisa se mobilizar” (gestor 5)

Em algumas falas, como na exposta acima, nota-se o engajamento e comprometimento em articular ações, pessoas, movimentos e ideias rumo ao atendimento mais integralizado da comunidade universitária, mas ao mesmo tempo há um reconhecimento de que é preciso melhorar a comunicação interna para que sejam cumpridos todos os objetivos do PNAES de modo integral e articulado.

Um fator que merece destaque e que complementa os pontos elencados para análise é o reconhecimento, por parte dos gestores, da vinculação existente entre as diversas necessidades dos estudantes, que estão relacionadas com suas vulnerabilidades, seja social ou econômica, que impactam na qualidade da sua permanência na universidade.

“no caso da moradia o critério é socioeconômico, claro, mas está condicionado a uma outra questão que é a deficiência, precisaria estar mais próximo” (gestor 1)

“se você pensar separadamente pra esse indivíduo e falar assim: ele não é problema nosso por a gente não trabalha com assistência social, mas se for olhar que ele é um aluno da universidade, que já foi feito um investimento nesse aluno e há uma expectativa de formação pra que ele consiga mudar a realidade dele então passa a ser um problema nosso” (gestor 3)

“ Então tem um aluno que já é da assistência mas que ta com agravo de saúde, a DASU pode ajudar, mas aí ele tem uma situação porque é negro, aí tem a ver com a DIV, ou tem uma necessidade especial aí tem a ver com PPNE a assistência estudantil, nessa questão de promover a saúde esteja em qualquer diretoria, não está só na DDS, na DIV ou diretoria de saúde, é de que trabalhe em conjunto... e aí tem todas as necessidades, socioeconômica, alimentação, transporte, e a de

saúde, que nos últimos anos tem aparecido muito forte com a questão do suicídio, crises psíquicas, questões de violência... e que é de responsabilidade de todos, não é de uma diretoria e aí é a ideia de que as diretorias trabalhem em rede, em ações conjuntas como a gente 45comp fazendo a proposição” (gestor 4)

São diversas, portanto, as vulnerabilidades a que estão suscetíveis os jovens universitários, incluindo a “condição decorrente da pobreza e da privação (ausência de renda, precário ou inexistente acesso aos serviços públicos), da fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (FONAPRACE, 2019).

Essa realidade é corroborada também pelo pensamento de Zago (2006), ao dizer que “não raro, às dificuldades econômicas associam-se outras, relacionadas ao quadro complexo da condição estudante”. Ações conjuntas e integradas correspondem a uma tentativa de minimizar essas dificuldades ampliar as condições de permanência na universidade. É preciso reconhecer o papel de cada um nesse processo, para então concretizar os direitos sociais captando a totalidade social.

Em um dado momento um dos entrevistados cita um ponto importante de ser analisado, por se tratar de um momento novo vivido na assistência estudantil tendo em vista que agora “a assistência estudantil está disseminada em todo o DAC... algumas coisas a gente pode fazer sozinho sim, mas a essência não” e que “antigamente a assistência estudantil era gerida só pela DDS”. Essa realidade foi modificada recentemente e institucionalizada através de um grupo de trabalho em todas as universidades através da ação orçamentária 4002, para Assistência ao Estudante do Ensino Superior.

“daí você tem a Decana de Planejamento e Orçamento, o Decano de Graduação, a Decana de Extensão e o Decano de Assuntos Comunitários, com um formato igual em todas as universidades. E através desse grupo cada gestor propõem ações e projetos de extensão, que impactam no PNAES, pra alunos da assistência, antigamente isso não era possível, o DAC geria sozinho em torno de 30 milhões, recurso da assistência. E aí, você percebe que em âmbito de decanato, tem várias diretorias (esporte e lazer, RU, saúde...) todas essas diretorias operam recursos financeiros do PNAES, tendo como base o perfil socioeconômico, sendo necessário ser PPAES, então pra que o aluno participe dessas ações nessas diretorias tem que passar pela DDS” (gestor 2)

Portanto, percebe-se que essa ação desencadeou um estreitamento das relações no interior da universidade, entendendo que os recursos oriundos do PNAES podem agora ser geridos por outras diretorias além da DDS, atendendo aos ditames do próprio PNAES que institui diversas áreas a serem executadas ações da assistência estudantil.

3.3.2 Avaliação sobre a articulação entre setores

Quando questionados sobre a necessidade de articulação especificamente com a DDS para efetivar suas ações, ela foi apontada por todos os entrevistados como sendo uma diretoria que faz parte, em algum momento, da atuação de cada um.

“com a DDS essa articulação é necessária principalmente por causa da casa do estudante e no caso de prorrogação do tempo de permanência do estudante, que daí vai ter um impacto na assistência estudantil por ter um tempo limitado” (gestor 1)

“Perceba que o parecer de um profissional pode casado com o de outro profissional, pois tem coisas que, por natureza da profissão, um profissional de serviço social não consegue enxergar, já o psicólogo consegue e vice-versa. Aí na gestão está tentando casar esses pensamentos de diferentes profissionais pra ir conduzindo a assistência estudantil” (gestor 2)

Entendemos aqui a importância de junção dos saberes para alcance de um atendimento que capte as necessidades do estudante de maneira integral “promovendo a organização, a articulação e a convergência de ações; articulando saberes e experiências com vistas ao planejamento; potencializando a utilização de recursos” (Tortello e Costa, 2016, p. 27). Nesse sentido, “os trabalhos interdisciplinares, interinstitucionais e intersetoriais contribuem para a qualidade da educação” (CFESS, 2013, p.46), pautada em uma “em uma construção coletiva, profissional e política, distinta das formulações abstratas em torno da democracia e da cidadania, que impregnam não só o campo educacional”. Assim, é preciso ampliar o olhar para além do que está atribuído como papel de cada setor, superar ações fragmentadas e individualizadas para então alcançar práticas pautadas na integralização dos direitos sociais.

“no começo foi muito difícil, porque não tem sensibilidade e compreensão do que essas pessoas vivem, a gente tem um padrão homogêneo dentro do serviço público ... Então no começo a gente sentiu muito taxativo a discussão das questões socioeconômicas e a gente ouviu muitas falas do tipo ‘o dinheiro do PNAES é pra

estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, vocês estão tentando atender os filhos da classe média ... Então por conta dessa falta de formação e informação e até de sensibilidade foi muito conflituoso o processo pra que eles entendam o que a gente está tentando fazer, mas acredito que já andou bem ... hoje a gente já tem um fluxo desenhado. No início foi muito difícil, como não tinha um fluxo ... quando a gente conseguiu construir o fluxo de como a gente ia encaminhar o processo e vincular o orçamento ao programa isso facilitou muito a nossa vida, porque meio que não preciso pedir mais benção pra DDS ... Então não tem mais subordinação entre a gente e a DDS, como no começo pedir autorização, porque o recurso estava lá, mas agora o recurso está aqui, é nosso e está dentro do nosso orçamento” (gestor 3)

Percebe-se pela fala acima do “gestor 3” que o processo de construção das relações entre os setores é marcado por conflitos e disputa de interesses e saberes, exigindo dos profissionais uma habilidade e esforço para romper com a hierarquização e conquistar o espaço na execução da Política de Assistência Estudantil, com autonomia para gerir recursos financeiros e executar as ações e projetos. Salienta-se que a horizontalização das ações entre os atores é um fator determinante para formação de uma rede. Sobre esse aspecto das redes de políticas públicas Massardier (2006, p.180) vai dizer que “as redes contribuem para horizontalizar as relações sociais entre os membros de uma mesma organização e os serviços de organizações diferentes, permitindo trocas interorganizacionais entre atores que só teriam tido, de outra forma, relações hierárquicas”. Outro fator que aparece na fala do “gestor 3” e que merece destaque é a ampliação do olhar para além das questões estritamente econômicas entendendo que “a política de AE não deve limitar-se à elaboração e execução de mecanismos destinados apenas à população de baixa renda, mas deve, também, se preocupar com princípios de atendimento universal” (DUTRA e SANTOS, p.165). O alcance da totalidade pretendida envolve, portanto, a consideração de que as vulnerabilidades que atingem a população universitária ultrapassam um critério de renda, pois em alguns momentos estudantes ditos de classe média precisam de uma escuta e acolhimento, onde apresentam demandas relacionadas à violência, privação de direitos básicos, preconceito quanto à orientação sexual, rompimento de vínculos, ou seja, são questões das mais diversas que estão presentes no cotidiano que exigem estratégias de ação que contemplem essas demandas.

“em termos de planejamento ela é muito bem feita, reuniões com gestores internos, planejamento feito Intenção é muita boa, o projeto é muito bom mas falta essa interação. Eu fico me questionando, os colegas querem apoiar, mas a gente precisa sentar e pensar: até onde eu posso ir? ... a gestão avança e ela diz o desenho mas tem hora que a gente não segue, cada um fica pensando uma coisa” (gestor 2)

“porque a sensação que eu tive e tenho, porque isso não é de hoje é historicamente, cada diretoria é independente e faz suas coisas independentes” (gestor 4)

As fala dos gestores 3 e 4 sinalizam que as ações são fragmentadas e setorizadas. Cada setor fazendo seu papel sem ter uma olhar voltado para o todo. Essa realidade é corroborada pelo pensamento de Schutz (2009) de que a materialização das políticas públicas é marcada “pela fragmentação, excessiva burocratização, paralelismo de ações, endogenia de departamentos, entre outros. Tais obstáculos estão presentes na realidade institucional dos serviços públicos, desarticulando as demandas da população” (p.14).

“muitas coisas boas já acontecem na universidade mas muitas coisas acontecem sem a gente saber porque, a gente ainda tem uma fragmentação dessas relações” mas que tem “sentado muito com outros decanatos também pra fazer parcerias mais próximas, principalmente com o DEG, DPG, e internamente a gente tem essa preocupação de discutir as coisas juntos, de fazer coisas juntas. Tenho tido mais proximidade com a própria DDS”. (gestor 5)

Percebe-se que alguns entrevistados enfatizaram o empenho atual em fazer com que se fortaleçam as ações entre os setores, através de reuniões, conversas frequentes, pareceres conjuntos. Entretanto, fica nítido que há dificuldades que desencadeiam em ações fragmentadas e fragilizadas, como a falta de fluxos de processos formais, falta de regulamentação de algumas ações.

3.4 Dificuldades impactam no fluxo de atendimento

O campo das políticas públicas é marcado por um espaço de correção de forças, que impõe dificuldades constantes para seus executores na hora de sua implementação. As relações e estruturas desse ambiente são permeadas, segundo Míoto e Schutz (2011) “de dificuldades, obstáculos e contradições. São mazelas que, historicamente, impregnam os espaços, que deveriam estar concretizando direitos

sociais” (p.7). Os entrevistados apontaram algumas dificuldades e entraves que impactam negativamente a dinâmica de atendimento do estudante da assistência estudantil. Ficou nítido que há uma falta de formalização de processo e definição de fluxos, o que impacta no andamento e projeção de ações e políticas, podemos identificar isso nas seguintes falas:

“o problema é que muitas vezes essas definições são de pessoas e não de processos de trabalho ... a UnB trabalha muito com relações pessoais na minha visão, tem muitos procedimentos que não são institucionalizados, fulano é meu amigo ela entende mas no dia que se aposentar, entrar de licenças as coisas vão se perder. Procedimentos que não são institucionalizados, são de pessoas, que vai muito da cabeça de quem está no cargo e na direção naquele momento... isso até me lembra uma reunião do ano passado que foi um pouco polêmica porque, por exemplo, no processo de indicação de estudantes com deficiência que vão morar na CEU e que teriam um acompanhante, o PPNE precisaria se manifestar no processo, mas isso não tá formalizado e gerou algumas complicações ... em geral a gente não tem fluxos muito formais não. Eu acho até que seria importante que a gente tivesse ... acho importante formalizar e institucionalizar tudo, até mesmo pra registrar todos os processos. Se a gente não tem procedimento e protocolo próprio pra alguma situação que apareça, a gente abre um SEI” ((gestor 1)

Pela fala do “gestor 1” fica explícito a falta de fluxo de processo bem definido, ocasionado pela troca constante de gestores dentro dos setores e personificação das decisões, gerando instabilidade na execução das ações e comprometendo sua qualidade. Falta formalizações de decisões que são tomadas em reuniões, de modo a garantir o que foi discutido e acordado.

“E aí, internamente, eu fico me criticando o tempo todo, peço pra instância maior que é o DAC pra encaminhar e a gente fica nessa dualidade. Os funcionários chegam e perguntam: Cadê a fundamentação? E eu digo: bora esperar mais um pouco, continua trabalhar da forma como já está trabalhando (gestor 2)

Percebe-se que a falta de resoluções que fundamentam os programas estão desatualizadas. Discussões sobre novas resoluções são constantemente feitas, entretanto, o fluxo para aprovação das mesmas não fluem e não são concluídas. Na falta de fundamentação, novos procedimentos internos são adotados para atender as demandas que vão surgindo, entretanto, às vezes sem fundamentação nas normativas. Esse fator gera insegurança e desmotivação por parte dos profissionais.

Outro fator que dificulta o atendimento integral do estudante está relacionado ao acompanhamento do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que pela fala abaixo se mostra como um desafio a ser cumprido.

“temos também o acompanhamento acadêmico, que é saber como as coisas estão indo, com o objetivo de evitar a evasão e permitir que qualquer situação seja mediada no decorrer do semestre” (gestor 1)

“então o maior desafio que eu vejo fica muito claro é não apenas fazer só os estudos socioeconômicos mas de acompanhá-los, porque se você dá a bolsa e deixa ele se virar, lá na frente tem um agravo à saúde, tem uma desistência, então a gente precisa tá de olho mais nisso, pois nossa função final é formar...O desafio que eu vejo aqui dentro e que tenho tentado implementar junto com essas outras ações, é de que se auxiliem a ver outros aspectos que a DDS não dá conta de fazer sozinha” (gestor 4)

Desse modo, fica claro que o acompanhamento do estudante deveria ser um processo contínuo e integrado, entretanto o universo amplo do público atendido mostra que o que é feito está aquém do desejado, por limites que ultrapassam a vontade pessoal e de gestão, como se percebe na fala do “gestor 2”

“A gente chegou a 8500 mil estudantes atendidos, até janeiro a gente tinha 7mil, e aí eu digo que a gente ‘não tem pernas nem braços’ pra acompanhar a permanência dos nossos estudantes. Como a gente vai fazer?”

A realidade mostra que cumprir com o objetivo de acompanhamento se esbarra em uma barreira que limita a atuação profissional e gestão, pois não há recursos profissionais que dê conta do acompanhamento de todos os estudantes que participam da assistência estudantil.

Claro que as dificuldades apresentadas pelos gestores impactam diretamente no modo de operar as ações da assistência estudantil, tornando um desafio constante a ação intersetorial. Para além das dificuldades presentes na cultura organizacional é preciso considerar também que estamos inseridos em uma dinâmica marcada por decisões políticas que impactam as políticas educacionais bem como a Política de Assistência Estudantil. Alguns dos entrevistados apontam que o contexto atual do governo e o contingenciamento de recursos estão trazendo constantes desafios para as universidades, e que é preciso um apoio mútuo entre os profissionais e a própria gestão, traçando estratégias para efetivar as ações que se propõem.

É importante destacar um desafio que tem feito parte da realidade das universidades nos tempos atuais e que precisa passar por um processo de reflexão, qual seja o cenário atual de declínio de recursos destinados ao PNAES. (Dutra e Santos, 2017, p. 158) apontam que no “contexto de expansão e democratização do Ensino Superior público, o principal desafio da política de AE na atualidade é a ampliação dos recursos orçamentários em correspondência com essas políticas expansionistas do Governo Federal”. Alguns entrevistados se mostraram bastante preocupados com o futuro da Política de Assistência Estudantil, tendo em vista que o número de estudantes ingressantes na universidade que são perfil para participarem da assistência estudantil tem crescido a cada ano mas os recursos já começam a sofrer impacto negativo, fazendo com que a demanda reprimida seja cada vez maior.

Para Dutra e Santos (2017, p.166) o cenário atual tem sido marcado pela impossibilidade de “atender a demanda de forma universalizante, nem mesmo para aqueles ditos em situação de vulnerabilidade socioeconômica”. Exemplo desse declínio é que “o PNAES dedicou, até 2016, volumes sempre crescentes para as políticas de permanência, saindo de R\$ 125 milhões em 2008, para pouco mais de R\$ 1 bilhão em 2016, sofrendo todavia queda para R\$987 milhões em 2017 e R\$957 milhões em 2018” (FONAPRACE, 2018, p.3). Fica nítida que a ascensão de recursos destinados ao PNAES, vivida por muitos anos, deu lugar a um período de declínio, colocando em risco todo um processo histórico de conquista de direitos direcionados aos jovens universitários em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Esse elemento de análise, aliado aos outros elementos constitutivos da pesquisa feita mostra o quão dinâmica é a realidade, repleta de desafios (políticos, econômicos, sociais, organizacionais, etc..) que exigem dos profissionais e gestores que operam a Política de Assistência Estudantil capacidade de produção de reflexão e conhecimento para ampliar as possibilidades de atuação dentro dessa correlação de forças constante.

3.5 Proposições de melhorias voltadas para formação de uma rede

No que concerne às sugestões de melhorias para se aprimorar o processo de articulação das ações entre setores, os pontos mais elencados estão relacionados ao

estabelecimento de fluxo de processos bem definidos, regulamentação de ações que já são executadas sem respaldo normativo e frequência maior de reuniões conjuntas para se discutir planejamento de ações. Boa parte dos entrevistados citaram diretamente a necessidade de construção de uma rede atendimento baseada em conversas e ações conjuntas, propostas de trabalhos construídas coletivamente, ou seja, formar uma ação integrada de assistência estudantil, sendo uma só, rompendo com a fragmentação existente.

“acho que a gente devia fazer mais atividades conjuntas, tinha que sentar uma direção com a outra direção, chamar o profissional da área e desenhar junto essa história, vamos agendar encontros semanais e mensais, vamos trabalhar juntos... bora juntar esses saberes, esse conhecimento pra gente ganhar tempo em pró do estudante... falta os gestores sentarem e dizer assim: vamos trabalhar juntos. Eu acho que já passou do tempo de dizer assim: isso foi eu quem fiz ... então a ideia de estarem juntas as diretorias, a ideia de que a assistência é uma só” (gestor 2)

A fala do “gestor 2” salienta a importância para a complementação dos saberes, sem desprezar o papel de cada um. Há um reconhecimento e que a assistência estudantil é uma só, não havendo espaço para imposição de saberes. Para Dutra e Santos (2017) a assistência estudantil baseada no princípio da universidade se apresenta como proposta para romper com o caráter focal e seletivo.

Nesse sentido, o “gestor 4” vem acrescentando que:

“a ideia é a gente capilarizar o máximo possível as ações e pensar em uma grande rede”... eu acho que é trabalhar mesmo em rede, as diretorias precisam conversar mais, pra que cada uma não faça só um pedaço, se faça uma ação mais conjunta possível ... um dos questionamentos que a gente tem sobre assistência estudantil no geral, não to falando só da UnB, é se tem atingido seu objetivo no sentido de formar os alunos os quais ela apoia, do ponto de vista financeiro, acho que temos que fomentar mais ações nesse sentido” (gestor 4)

Percebemos aqui uma preocupação do “gestor 4” sobre a finalidade da Política de Assistência Estudantil, que é ampliar as condições de permanência na universidade diplomação dos estudantes, reduzindo a evasão. A proposta de se trabalhar em rede aparece como uma alternativa que melhora o atendimento dos estudantes e suas demandas (econômicas, sociais, psicológicas, culturais, etc) o que permite ampliar suas chances de diplomação.

(...) é a gente ter conversas mesmo, por exemplo, o estudante acabou de falecer ali na CEU, então a gente pensa junto que ações vão ser feitas, a gente tem feito esse movimento. Eu acho que é uma coisa de mudança de processo de trabalho, de ir vendo que a gente conta um com o outro e que precisa ser assim, que tem que ser assim, porque eu não vejo outra forma de trabalhar sem ser em rede e sem ser no coletivo, acho que é muito efetivo e muito mais potente se a gente trabalha no coletivo, trabalha as relações e articula rede, não vejo outra forma (gestor 5)

O direcionamento a ser dado caminha para a instituição da intersectorialidade, que de acordo Miotto e Schutz (2011) “envolve ações integradas de distintos setores, no atendimento da população, cujas necessidades são pensadas a partir de sua realidade concreta, de modo a colocar em pauta as peculiaridades de suas condições de vida” (p.5). O cotidiano impõe situações que vão exigir dos profissionais e gestores habilidades para tratar com assuntos delicados e urgentes que podem até trazer risco para a vida de estudantes e consequências negativas que afetam o ambiente universitário como um todo. A intersectorialidade “refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual” (BILGE, 2009, p. 70 apud HIDRATA 2014, p. 62). Desse modo, ações conjuntas e integradas permitem a captação de todas as demandas apresentadas e apresentação de soluções tanto imediatas quanto de acompanhamento posterior.

Já nas próximas falas fica clara a necessidade de formalização e institucionalização das ações que já são executadas, pois da forma como está posta a realidade há ações individualizadas, informais, e muitas vezes sem fundamentação, o que gera insegurança por parte da equipe de profissionais em operar programas sem a devida fundamentação legal interna, ou mesmo que já exista uma fundamentação através de resoluções, já estão desatualizadas com o contexto atual de operacionalização.

“E a gente fica se questionando o tempo todo: e as resoluções? E as resoluções que já caducaram, e o contexto atual que não bate com as resoluções que temos, e o programa que tenho que nem resolução tenho” (gestor 2)

“a formalização dos processos facilitaria bastante o andamento e acompanhamento dos casos” (gestor 5)

O “gestor 2” deixa explícito uma descontinuidade de ações devido à falta de fundamentação legal das ações executadas. O “gestor 3” sugere como proposta de melhoria “encaminhar nossos programas pra aprovação na CAC, porque uma vez a gente tendo aprovado enquanto resolução passa a ser uma política da universidade e não nossa”. Neste caso, os programas executados nem mesmo tem resolução que os regulamente. Faz-se necessário um espaço democrático de discussão das resoluções que estabelecem as regras para acesso aos programas de assistência estudantil bem como agilidade no processo de aprovação pelas instâncias responsáveis, pois o interesse em ampliar a oportunidade de formação do estudante deve perpassar toda a universidade.

Há, portanto, uma necessidade de aprovação das normas que regem os programas, ou seja, com resoluções devidamente criadas e atualizadas modificando o status das ações já executadas, pois a formalização fará com que sejam reconhecidos pela universidade os serviços ofertados e sua continuidade. Com isso, criaria um ambiente de conforto e segurança para os profissionais do Decanato de Assuntos Comunitários para executarem os programas e ações da Política de Assistência Estudantil na Universidade de Brasília.

3.6 Conclusão

A análise individual feita de cada entrevista permitiu perceber que as respostas para as questões levantadas foram diversas e em alguns casos não se obteve a resposta questionada. Entretanto, os resultados obtidos tiveram um alcance esperado no sentido de entender a dinâmica das relações que se estabelecem entre as diretorias entrevistadas e, além disso, captar a realidade, levantando um olhar crítico desse processo que se mostra muitas vezes conflituoso e político. Posto isso, entende-se que a trajetória da pesquisa realizada e seus resultados permitiram responder as questões que foram formuladas inicialmente, quais sejam: como se dá o processo de articulação dos serviços ofertados aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Universidade de Brasília? Em que medida a instituição de uma rede com ações articuladas contribui para uma execução mais efetiva da Política de Assistência Estudantil?

A análise dos dados nos mostra que o processo de articulação dos serviços disponíveis aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica é ainda insipiente, sendo caracterizado por ações isoladas e fragmentadas. Os gestores deixam claro que o contato intersetorial faz parte da rotina de trabalho, entretanto, mas a formação de uma rede baseada na intersectorialidade ainda se mostra como um trabalho a se fazer, uma vez que está marcado por um ambiente contraditório e repleto de disputas profissionais e setoriais.

Por outro lado, e respondendo à segunda indagação, há um reconhecimento de que a integralização das ações por meio da intersectorialidade se mostra como mecanismo de materialização dos direitos sociais elencados no PNAES, ou seja, a criação de um sistema institucional capaz de atender as necessidades sociais que circundam o jovem universitário em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Essa perspectiva nos mostra que há uma intenção de mudança da realidade, pois os setores se mostraram receptivos a novas propostas de trabalhos e abertos ao diálogo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. V.2, 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL, **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm> Acesso em: 13 mai. 2018.

CFESS **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social**. RESOLUÇÃO Nº 273 CEFESS de 13 março de 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf> Acesso em: 13 mai. 2018

COSTA, Renato Eliseu; TORTELHO, Eliane Márcia Martins. **A INTERSETORIALIDADE NA POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO DA DENGUE NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS**. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/RIDAP/article/view/1258>> Acesso em: 07 fev.2020.

DEMO, PEDRO. **EMANCIPAÇÃO**. 2015. Disponível em: <<https://docs.google.com/document/d/1yljhisnXirlK18yAUsFq9FT5FobKfMkNlbUfPFAVfY/pub>>. Acesso em: 18 out. 2018.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa Qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. 2002. Disponível em:

<<file:///C:/Users/raque/Downloads/Reflex%C3%B5es%20sobre%20a%20pesquisa%20de%20campo%20qualitativa.pdf>> Acesso em: 12 mai. 2018.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções.** 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n94/1809-4465-ensaio-25-94-0148.pdf>> Acesso em: 12 fev. 2020.

FONAPRACE. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf>> Acesso em: 12 fev. 2020.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça, interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.** In: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/05.pdf>> Acesso em: 17 mai. 2018.

MACHADO, F. M. **Financiamento da assistência estudantil nas universidades federais.** Temporalis, Brasília, ano 17, n. 33, jan./jun. 2017. Disponível vem: <<file:///C:/Users/User/Downloads/DialnetfinanciamentoDaAssistenciaEstudantilNasUniversidad-6122726.pdf>> Acesso em: 17 jan. 2020.

MASSARDIER, Gilles. **Redes de Política Pública.** In: Políticas públicas; coletânea / Organizadores: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi. – Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1267/1/cppv2_0402_massardier.pdf> Acesso em: 12 mai. 2018

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 29. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; SCHUTZ, Fernanda. **INTERSETORIALIDADE NA POLÍTICA SOCIAL: REFLEXÕES A PARTIR DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS.** 2011. Disponível em: <<https://www.ucpel.tche.br/mps/diprosul/docs/trabalhos/28.pdf>> Acesso em: 12 fev. 2020.

SCHÜTZ, FERNANDA. **A Intersectorialidade no Campo da Política Pública: Indagações para o Serviço Social.** 2009. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/4895925-Universidade-federal-de-santa-catarina-centro-socio-economico-departamento-de-servico-social-fernanda-schutz.html>> Acesso em: 21 jan. 2020.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares.** Revista Brasileira de Educação. v. 11, n. 32, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais->

[eixo5pobrezaepoliticaspUBLICAS/politicassociaisdeassistenciaestudantilparaestudantespobres.pdf](#)> Acesso em: 12 mai. 2019.

4 PRODUTO TÉCNICO: POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: POSSIBILIDADES PARA EFETIVAÇÃO DE UMA REDE

Após conclusão de todas as etapas que constitui um mestrado, como fundamentação teórica, pesquisa de campo e análise de dados, faz-se necessário elaboração de um elemento que é inerente ao mestrado profissional, qual seja, apresentação de um produto técnico que se constitui de uma proposta que altere a realidade estudada, tendo relação direta com o problema de pesquisa apontado inicialmente.

O produto técnico aqui apresentado é resultante da conclusão da pesquisa realizada no âmbito do Programa e discutida no âmbito do segundo artigo da dissertação, produto esse que surge na tentativa de propor um aprimoramento da estrutura de atendimento dos estudantes participantes da assistência estudantil, tendo como objetivos regulamentar o PNAES no âmbito da UnB através da estruturação dos serviços, programas e projetos existentes pautados em uma relação integrada, em forma de rede, envolvendo todas as diretorias do Decanato de Assuntos Comunitários.

A problematização da pesquisa teve como ponto de partida duas perguntas chaves, tais quais:

- Como se dá o processo de articulação dos serviços ofertados aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Universidade de Brasília?
- Em que medida uma rede com ações articuladas contribui para uma execução mais efetiva da Política de Assistência Estudantil?

O produto técnico apresentado teve como suporte o embasamento teórico (artigo 1) bem como a pesquisa realizada e seus achados (artigo 2), o que possibilitou a identificação de como se dá a dinâmica das relações que se estabelecem entre as diretorias envolvidas na pesquisa bem como propor alterações de aperfeiçoamento que permitirá estabelecer condições de formação de uma rede, pautada em uma ação formal, integralizada, intersetorial e contínua. A relevância de uma proposta baseada na

intersectorialidade das ações, de acordo com Miotto e Schutz (2011), “se justifica quando se observa a configuração fragmentada e desarticulada da política pública brasileira, a qual obstaculiza o atendimento das necessidades da população em sua integralidade” (p.2). A pesquisa realizada mostrou que a Política de Assistência Estudantil também segue essa prática setorializada, com ações fragmentadas. Modificar essa realidade é algo desafiador, pois:

“intersectorialidade é uma proposta ousada, revelando-se ainda em construção. Há um consenso sobre sua importância. Todavia, as políticas sociais ainda não construíram canais permeáveis às ações intersectoriais. Demonstrem estar atreladas a uma organização compartimentada, não viabilizando canais efetivos de comunicação e articulação intersectorial. Neste aspecto, a construção da intersectorialidade é também embate político”. (MIOTTO e SCHUTZ 2011, p.23)

Para construir uma rede de serviços baseada na intersectorialidade e trazer mudanças para os processos de trabalhos é preciso mudança da própria mentalidade organizacional, ou seja, mudança que impactam tanto profissionais quanto gestores, exigindo esforço conjunto e contínuo, pois a realidade é dinâmica.

De acordo com Junqueira (1998) “as organizações são realidades socialmente construídas que estão nas mentes de seus membros, mais do que nos conjuntos concretos de regras e relacionamentos” (p.21), o que nos permite dizer que a realidade de uma política pode ser modificada pelos seus executores, o que vai exigir também criatividade por parte dos profissionais e gestores para apresentar alternativas de ações frente às demandas, ou seja, criação de canais que permitem a consolidação da intersectorialidade e formação de rede.

Nessa linha, a mudança só se efetivará com o envolvimento conjunto de profissionais, e gestores para um novo projeto de gestão, baseada em ações integradas rumo à formação de uma rede, mudando práticas profissionais e a cultura organizacional.

Sobre mudança organizacional Junqueira (1998), diz que:

“a cultura é um processo contínuo e proativo da construção da realidade. Não é uma variável que as sociedades ou organizações possuem, mas um fenômeno ativo, vivo, através do qual as pessoas

criam e recriam o mundo em que vivem. Assim, a mudança organizacional não se faz apenas pela vontade política de seus dirigentes. A vontade é fundamental, mas não é suficiente. A organização tem de superar as diferenças, através da orientação de suas atividades por um referencial comum, por conjuntos integrados de normas e prioridades”. (p.17).

Assim, para se chegar à mudança aqui pretendida, qual seja, efetivação das ações de assistência estudantil com base na integralidade e intersectorialidade, formando uma rede, é preciso a superação do instituído, das vontades individuais. A proposta aqui apresentada é baseada em uma construção coletiva, respeitando a individualidade de cada setor mas direcionada a um referencial único, ou seja, o atendimento integral do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

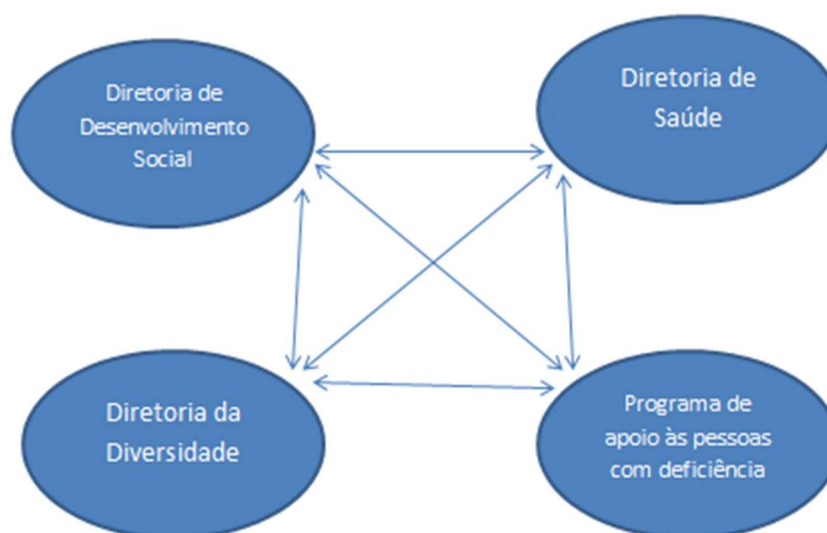


Figura 1: Rede de atendimento ao estudante da assistência estudantil

PRODUTO TÉCNICO: Formulação de uma Política de Assistência Estudantil, tendo como base o Decreto Presidencial nº 7.234/2010 que regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), construindo uma rede de atuação integrada com parâmetros definidos e devidamente estruturados para os serviços, programas e projetos existentes no UnB.

Para se chegar ao objeto proposto, sugere-se as seguintes ações:

- formação de grupos de trabalho misto, composto por profissionais das diversas diretorias do DAC, de todos os *Campi*, que seriam responsáveis por fazer levantamento das demandas que envolvem os estudantes da assistência

estudantil, formulando propostas de aprimoramento. Os grupos de trabalhos seriam divididos pelas seguintes temáticas: (vulnerabilidade socioeconômica, deficiência, mulher, população indígena, liberdade sexual e de gênero, saúde mental, uso de álcool e drogas, acompanhamento acadêmico).

- realização de uma Conferência de Assistência Estudantil voltada para apresentação das propostas dos grupos de trabalhos que culmine com a elaboração de diretrizes princípios, objetivos e diretrizes para a Política de Assistência Estudantil na UnB. Nessa etapa faz-se importante a participação de outros setores dentro da UnB, para além do DAC, principalmente o Decanato de Graduação, objetivando potencializar as ações de permanência na universidade. A participação de estudantes nesse processo também seria garantida, no sentido de ouvir os sujeitos demandantes diretos dessa política.
- Formação de um grupo único com representantes de cada grupo de trabalho a fim de revisar as propostas apresentadas na Conferência e elaborar uma proposta final a ser encaminhada ao Decanato de Assuntos Comunitários para apreciação.
- elaboração, pelo Decanato de Assuntos Comunitários, de uma minuta de Resolução que regulamente o PNAES no âmbito da UnB, através da aprovação da Política de Assistência Estudantil na UnB discutida na Conferência a ser encaminhada para avaliação e aprovação da Câmara de Assuntos Comunitários (CAC) e do Conselho de Administração (CAD).

Os grupos de trabalhos podem iniciar seus estudos com o apoio do seguinte guia sugerido nesse trabalho, contendo a apresentação de normativas e políticas nacionais que abordam as temáticas abordadas no sentido de orientar e embasar as propostas a serem construídas para atendimento integral do estudante participante da Política de Assistência Estudantil.

QUADRO 1 - GUIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

TEMA	NORMATIVAS /POLÍTICAS
	<ul style="list-style-type: none"> • Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, instituída pelo Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

EIXO TEMÁTICO 1 - DEFICIÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> Resolução do Conselho De Ensino, Pesquisa e Extensão n. 48/2003, Dispõe sobre os direitos acadêmicos de alunos regulares Portadores de Necessidades Especiais (PNEs) da UnB
EIXO TEMÁTICO 2 - MULHER	<ul style="list-style-type: none"> Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, lançada em 2004 pelo Ministério da Saúde Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher,
EIXO TEMÁTICO 3 - ÉTNICO RACIAL	<ul style="list-style-type: none"> Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), aprovada pela Portaria do Ministério da Saúde nº 254, de 31 de janeiro de 2002
EIXO TEMÁTICO 4 - LIBERDADE SEXUAL	<ul style="list-style-type: none"> A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), instituída pela Portaria nº 2.836 de 1º de dezembro de 2011 Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual
EIXO TEMÁTICO 5 - SAÚDE MENTAL	<ul style="list-style-type: none"> Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental Nota Técnica nº 11/2019- CGMAD/DAPES/SAS/MS, que traz esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas Resolução nº 8, de 14 de agosto de 2019, Órgão: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que dispõe sobre soluções preventivas de violação e garantidoras de direitos aos portadores de transtornos mentais e usuários problemáticos de álcool e outras drogas.
EIXO TEMÁTICO 6 -	<ul style="list-style-type: none"> Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social

VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA	<ul style="list-style-type: none">• Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993
EIXO TEMÁTICO 7 - USO DE ÁLCOOL E DROGAS	<ul style="list-style-type: none">• Política Nacional sobre Drogas, Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019

Fonte: Elaborado pela autora

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso feito durante os últimos dois anos para conclusão do mestrado profissional foi extremamente gratificante e ao mesmo tempo desafiador e que resultou em meu aprimoramento intelectual como pesquisadora, com ganho pessoal e profissional. Foi possível captar aspectos constitutivos da realidade profissional, trabalhando em uma perspectiva crítica, que só foi alcançada com o suporte teórico obtido por meio das aulas expositivas, sempre direcionando para a temática escolhida, leituras extras, tudo sempre com a orientação adequada para seguir na direção pretendida.

Todo o trabalho foi orientado por objetivos estabelecidos no início do curso e expostos no projeto de qualificação aprovado pela banca examinadora. Os objetivos, juntamente com os problemas levantados tiveram um suporte teórico que permitiu seguir uma linha crítica que orientasse a trajetória de pesquisa de campo e análise de dados. Concluídas as fases constitutivas do trabalho foi possível cotejar os resultados alcançados com objetivos definidos inicialmente evidenciando o grau de seu alcance.

A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas com os gestores, o que permitiu que se alcançasse o objetivo geral do trabalho, que foi analisar, sob a ótica dos gestores, o processo de articulação de atendimento do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Universidade de Brasília.

E para se chegar a uma análise crítica e minuciosa da realidade estudada, foram elaborados dois artigos, os quais contribuíram para alcançar os objetivos traçados. No primeiro, intitulado como Política de Assistência Estudantil e o trabalho em rede: um debate necessário, buscou-se levantar uma discussão acerca da temática que circunda o objeto estudado, dando ênfase às políticas sociais com apontamentos críticos de sua fundamentação, apresentando a intersectorialidade e o trabalho em rede como alternativa para romper com a lógica da fragmentação e setorialização que marcam as políticas atuais. Pode-se dizer que a temática sobre redes é nova, o que gerou um pouco de dificuldade de acesso a referências teóricas, sem, contudo, interferir na qualidade do levantamento feito.

Já no segundo artigo, intitulado de Política de Assistência Estudantil: uma análise sobre a articulação da rede de atendimento dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Universidade de Brasília, foram apresentados os resultados da pesquisa feita, trazendo as falas dos gestores para elucidar os aspectos da realidade estudada, fundamentada no referencial teórico. Foi possível identificar qual a concepção que os gestores envolvidos no processo de atendimento do estudante têm sobre o trabalho em rede, foram enfáticos ao afirmarem a importância de a assistência estudantil ser pautada na articulação das ações, superando a fragmentação.

A análise dos dados permitiu apresentar a dinâmica atual do processo de articulação entre os setores, identificando os entraves e captando proposições de melhorias. Através das falas dos gestores durante as entrevistas feitas foi possível alcançar o objetivo proposto, tendo em vista que cada entrevistado expôs sua opinião sobre a dinâmica que o próprio setor tem com a Diretoria de Desenvolvimento Social, apresentando as dificuldades existentes atualmente que limitam suas ações. Nesse momento foi identificado que as relações entre as diretorias são frágeis e fragmentadas, com ações muitas vezes individualizadas. A identificação dos entraves nas falas dos entrevistados permitiu captar sugestões para se construir ações articuladas, formando uma rede de assistência estudantil. A formalização de processos de trabalho através da regulação das ações já existentes foi um ponto sugerido por todos os entrevistados como sendo um fator guia para o fluxo de trabalho.

Portanto, pode-se concluir que os objetivos da pesquisa inicialmente estabelecidos foram todos alcançados, se tornando guia para construção do produto técnico apresentado, intitulado de Política de Assistência Estudantil na Universidade de Brasília: possibilidades para efetivação de uma rede. O produto sugerido teve como referências as dificuldades e as sugestões identificadas nas falas dos entrevistados, no sentido de materializar a captação da realidade, modificando-a. Assim sendo, o produto técnico apresentado foi uma proposta de construção de uma Política de Assistência Estudantil, regulamentando suas ações, e construindo uma rede de atuação integrada com parâmetros definidos e devidamente estruturados para os serviços, programas e projetos existentes no Decanato de Assuntos Comunitários.

REFERÊNCIAS COMPLETAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. V.2, 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Política Social no contexto da crise capitalista**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/112252399/Texto-6-Politica-Social-No-Contexto-de-Crise-Capitalista-1>>. Acesso em: 22 out. 2018.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e Trabalho no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BOTELHO, Denise; NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Celebração móvel: políticas públicas, transversalidade e interseccionalidade de gênero e raça. In: SANTOS, Debora Silva; GARCIA-FILICE, Renísia Cristina; RODRIGUES, Ruth Meyre Mota. **A Transversalidade de gênero e raça nas políticas públicas: limites e possibilidades**. Brasília.

BRASIL, **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm> Acesso em: 13 mai. 2018.

CARVALHO, O. F. **Educação e formação profissional**. Brasília: PLANO, 2003.

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília: CFESS, 2013. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf> Acesso em: 13 ago. 2018.

_____. **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social**. RESOLUÇÃO CFESS Nº 273 de 13 março de 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf> Acesso em: 13 mai. 2018

Costa, Renato Eliseu; Tortello, Eliane Márcia Martins. **A INTERSETORIALIDADE NA POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO DA DENGUE NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS**. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/RIDAP/article/view/1258>

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEMO, PEDRO. **EMANCIPAÇÃO**. 2015. Disponível em: <<https://docs.google.com/document/d/1yljhishnXirIK18yAUsFq9FT5FobKfMkNlbUfPFAVfY/pub>>. Acesso em: 18 out. 2018.

. **POBREZA POLÍTICA**. 2012. Disponível em:
 <<http://pedrodemo.blogspot.com/2012/04/pobreza-politica.html>>. Acesso em: 18 out. 2018.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa Qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. 2002. Disponível em:
 <<file:///C:/Users/raque/Downloads/Reflex%C3%B5es%20sobre%20a%20pesquisa%20de%20campo%20qualitativa.pdf>> Acesso em: 12 mai. 2018.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções**. 2017. Disponível em:
 <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n94/1809-4465-ensaio-25-94-0148.pdf>> Acesso em: 12 fev. 2020.

FONAPRACE. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf>> Acesso em: 12 fev. 2020.

GARCIA FILICE, Renísia C. **Tecendo redes antirracistas**. 2017. I Congresso Internacional em Direitos Humanos e Cidadania. Mesa IV Gênero e Raça e as Lutas Decoloniais dos Direitos Humanos e seus Desafios no Brasil e na América Latina. 2017

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. in: Serviço Social: direitos e competências profissionais, - Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça, interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. In: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/05.pdf>> Acesso em: 17 mai. 2018.

JUNQUEIRA L.A. **Descentralização e intersetorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, nov./dez.1998. Disponível em:
 <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/7696/6269>> Acesso em: 02 fev. 2020.

KIPNIS, Bernardo. **Análise de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica: uma aproximação conceitual na perspectiva da Policy Network**. In: Avaliação de políticas públicas de educação / Célio da Cunha; José Vieira de Souza; Maria da Abádia da Silva (organizadores) - Brasília: Faculdade de Educação / Universidade de Brasília; Liber Livro, 2012.

LAIA, MARIA DA GLÓRIA DOS SANTOS. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia como modelo de Governança em Rede: um estudo à luz do conceito de Tipologias**. 2018. Disponível

em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32762/1/2018_MariadaG1%c3%b3riado_sSantosLaia.pdf> Acesso em: 17 ago. 2019

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal / lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MACHADO, F. M. **Financiamento da assistência estudantil nas universidades federais**. *Temporalis*, Brasília, ano 17, n. 33, jan./jun. 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/DialnetfinanciamentoDaAssistenciaEstudantilNasUniversidad-6122726.pdf>> Acesso em: 17 jan. 2020.

MASSARDIER, Gilles. **Redes de Política Pública**. In: *Políticas públicas; coletânea / Organizadores: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi*. – Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1267/1/cppv2_0402_massardier.pdf> Acesso em: 12 mai. 2018

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 29. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; SCHUTZ, Fernanda. **INTERSETORIALIDADE NA POLÍTICA SOCIAL: REFLEXÕES A PARTIR DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS**. 2011. Disponível em: <<https://www.ucpel.tche.br/mps/diprosul/docs/trabalhos/28.pdf>> Acesso em: 12 fev. 2020.

PEREIRA, Potyara A. P. **A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS NUMA PERSPECTIVA DIALÉTICA**. Disponível em: <<file:///C:/Users/01873368143/Downloads/DocGo.Net-Texto%20Potyara%20-%20Intersectorialidade.pdf>> Acesso em: 23 out. 2018.

_____. **Política Social no pós-guerra: ascensão e declínio**. *Serviço Social & Saúde*, Campinas, v. n. 10, dez. 2010.

_____. **Política social contemporânea. Concepções e configurações no contexto da crise capitalista** Pereira. 2013 <<http://books.scielo.org/id/rfv9p/pdf/costa-9788577982318-01.pdf>> Acesso em: 16 dez. 2019.

PRATES, Jane Cruz. **O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária**. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 11, 2012. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7985/2/O_metodo_marxiano_de_investigacao_e_o_enfoque_misto_na_pesquisa_social_uma_relacao_necessaria.pdf> Acesso em: 19 nov. 2018.

SCHNEIDER, Volker. **Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas**. 2005. *Civitas*, Porto Alegre, RS, v. 5, n. 1, p. 29-58. jan./jun. 2005. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/33/1605>> Acesso em: 17 mai. 2018.

SCHÜTZ, FERNANDA. **A Intersectorialidade no Campo da Política Pública: Indagações para o Serviço Social.** 2009. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/4895925-Universidade-federal-de-santa-catarina-centro-socio-economico-departamento-de-servico-social-fernanda-schutz.html>> Acesso em: 21 jan. 2020.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares.** Revista Brasileira de Educação . v. 11, n. 32, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo5pobrezaepoliticaspUBLICAS/politicassociaisdeassistenciaestudantilparaestudantespobres.pdf>> Acesso em: 12 mai. 2019.

Sites da UnB:

<https://unbcaep.wordpress.com/>

http://www.deg.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=658

http://www.deg.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=94&Itemid=422

http://www.ppne.unb.br/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=15&Itemid=17

http://www.div.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=462&Itemid=395

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Qual a sua concepção de trabalho em Rede?
- Você acredita que os setores da universidade envolvidos na pesquisa desenvolvem suas ações de forma articulada e intersetorial?
- Como você avalia a relação atual existente entre o seu setor e os demais envolvidos na pesquisa?
- Na sua visão, quais as dificuldades de se estabelecer ações articuladas de modo a atender o estudante Participante da Assistência Estudantil?
- Que ações sugeriria para melhorar a articulação entre o seu setor e o demais envolvidos na pesquisa?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto de mestrado cujo título é “Política de Assistência Estudantil: uma análise sobre a articulação a rede de atendimento dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Universidade de Brasília”, desenvolvido por Raquel da Silva Ribeiro, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação na Modalidade Profissional - PPGE/MP da Faculdade de Educação da UnB

Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pela Prof.^a Dr.^a Olgamir de Carvalho, a quem poderei consultar a qualquer momento através do e-mail olgamirc@gmail.com. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui esclarecido(a) de que o uso das informações por mim oferecidas se restringirão a este trabalho e que minha identidade será preservada no texto. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seu orientador.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Brasília, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____